



INSTITUTO  
UNIVERSITÁRIO  
DE LISBOA

---

**Como contribuir para a sustentabilidade sendo economicamente viável:  
estudo de casos dos Sistemas Alimentares Alternativos**

Luís Pedro Subtil Fialho | 85434

Mestrado em Economia da Empresa e da Concorrência

Orientador:

Professora Doutora Maria Fátima Ferreiro, Professora Associada ISCTE-IUL

Coorientador:

Doutor Denis Hickel, Investigador Independente

outubro, 2020

# iscte

BUSINESS  
SCHOOL

---

Departamento de Economia

**Como contribuir para a sustentabilidade sendo economicamente viável:  
estudo de casos dos Sistemas Alimentares Alternativos**

Luís Pedro Subtil Fialho | 85434

Mestrado em Economia da Empresa e da Concorrência

Orientador:

Professora Doutora Maria Fátima Ferreiro, Professor Associada ISCTE-IUL

Coorientador:

Doutor Denis Hickel, Investigador Independente

outubro, 2020

## **Agradecimentos**

É com enorme satisfação que agradeço a todas as pessoas que tornaram esta dissertação possível. Primeiro, uma palavra de gratidão à minha irmã, Daniela Fialho, pela curiosidade que despertou em mim para este tema através das inúmeras conversas, partilha de ideias e da inspiração que é para mim.

Agradeço à Dra. Maria de Fátima Ferreiro pelo apoio, os conselhos, as ideias e os contributos prestados. Aliando o seu conhecimento e vasta experiência à disponibilidade imediata, proporcionou a supervisão necessária.

Agradeço ao Dr. Denis Hickel, pelas provocações que me fez ao longo deste período, através das conversas, das correções e dos livros facultados, obrigando-me a questionar e a adquirir perspetivas diferentes sobre os conceitos desenvolvidos.

Agradeço profundamente a todos os entrevistados, André Antunes, Joana Santos e Luísa Almeida, pelo tempo concedido e disponibilidade por falarem abertamente sobre as suas organizações, contribuindo decisivamente para as conclusões deste estudo.

Agradeço aos meus pais, Teresa Subtil e Luís Fialho, por todo o apoio, incentivo e força dada ao longo da vida, tornando assim possível esta dissertação. Ao meu querido amigo, Luís Vicente, pela prontidão, ajuda e encorajamento persistente, não só durante este projeto, como na vida - obrigado por isso.

Por último, um agradecimento especial à minha namorada, Teresa do Carmo, pelo pensamento crítico, pelo tempo disponibilizado para leituras e revisões de texto indispensáveis, pela paciência, compreensão, apoio, força, amor, coragem e pela inspiração diária.

## Resumo

As alterações climáticas e o empobrecimento dos agricultores são problemas que têm sido apontados aos sistemas alimentares convencionais. Para responder a estes desafios, surgiram formas alternativas de produzir e distribuir alimentos. Assim, esta investigação recorreu ao fenómeno dos sistemas alimentares alternativos para perceber os possíveis contributos que têm para a sustentabilidade e a viabilidade económica dos agricultores.

Através da revisão de literatura, definiu-se sustentabilidade nos seus três pilares: ambiental, económica e social. Aprofundou-se as perspectivas teóricas dos sistemas alimentares alternativos. O estudo focou-se em Portugal, com análise de três organizações agrícolas com fins lucrativos, através da metodologia de estudos de caso. Os resultados foram avaliados a partir das diferentes dimensões da sustentabilidade. Estas organizações, parte dos sistemas alimentares alternativos, contribuem para a sustentabilidade de diversas formas, ao mesmo tempo que conseguem o aumento dos seus rendimentos através da relação direta ou indireta com os consumidores, sendo essencial para a viabilidade económica dos seus projetos. A nível social, estas organizações contribuem para a geração de emprego, o combate ao desperdício alimentar e a diversificação da oferta educacional. A nível ambiental, destaca-se a redução de utilização de combustíveis fósseis, a mitigação de agroquímicos e o baixo uso de plásticos para embalamentos dos seus produtos.

O estudo reúne um conjunto de recomendações para futuros estudos no setor da agricultura e dos sistemas alimentares, visando um maior envolvimento de diferentes áreas neste tema, de forma a contribuir para um aumento de conhecimento sobre o fenómeno estudado.

Palavras-chave: Sistemas alimentares alternativos; Sustentabilidade; Viabilidade do agricultor; Agricultura de pequena dimensão; Agroecologia

Códigos JEL: O13; Q56

## **Abstract**

Climate change and impoverishment of farmers are problems that have been continuously pointed out in conventional food systems. To face these challenges, alternative ways of producing and distributing food have emerged. Thus, this research focused on the alternative food networks phenomenon to understand the possible contributions they have to sustainability and economic viability of farmers.

After a literature review, sustainability was defined in its three pillars: environmental, economic, and social. The theoretical perspectives of alternative food networks were intensely studied. Portugal was the geographic research focus, and three for-profit agricultural organisations were analysed and reviewed, following a case study methodology. The results were evaluated from the different dimensions of sustainability. In conclusion, these alternative food networks organisations contribute in several elements to sustainability, whereas all of them have increased their income through direct or indirect consumer's relationship, which is crucial for the economic viability of their projects. Socially, these organisations promote new employment opportunities, combat food waste and offer alternative educational opportunities. At the environmental level, the decreased use of fossil fuels stands out, as well as the mitigation of agrochemicals and the low plastic application for the packaging of their products.

This study finishes with a set of recommendations for future studies in the agriculture sector and food systems, aiming at a greater involvement of different fields in this topic, in order to generate further knowledge about the phenomenon studied.

Keywords: Alternative food networks; Sustainability; Farm viability; Small-scale farmers; Agroecology

JEL codes: O13; Q56

# Índice

Agradecimentos .....	iii
Resumo .....	v
Abstract.....	vii
Índice de Figuras e Tabelas .....	xi
Lista de Abreviaturas .....	xiii
1. Introdução.....	1
2. Problemática.....	5
3. Revisão de literatura.....	9
3.1 Sustentabilidade na teoria económica e nos sistemas alimentares .....	9
3.1.1 A ideia de sustentabilidade na teoria económica .....	9
3.1.2 A transição para a sustentabilidade nos sistemas alimentares.....	11
3.2 Sistemas alimentares alternativos.....	14
3.2.1 Origem e conceptualização .....	14
3.2.2 Modos de produção nos sistemas alimentares alternativos .....	17
3.2.3 Modelos de negócio nos SAA.....	19
3.2.4 Benefícios e desafios dos SAA para a sustentabilidade .....	22
3.3 Contexto europeu e português.....	25
3.3.1 Enquadramento político e dos sistemas alimentares na UE.....	25
3.3.2 Enquadramento político e dos sistemas alimentares em Portugal.....	27
3.3.3 Potencial desenvolvimento para os SAA em Portugal.....	28
4. Metodologia .....	31
4.1 Introdução.....	31
4.2 Objetivos e perguntas de investigação .....	31
4.3 Estudo da Metodologia.....	31
4.4 Abordagem por estudo de caso .....	33
4.5 Seleção dos casos de estudo .....	35

4.6	Recolha de dados.....	36
4.6.1	Entrevista.....	36
4.6.2	Outras fontes primárias .....	38
4.7	Análise de dados.....	38
5.	Resultados .....	39
5.1	Breves descrições dos casos estudados .....	39
5.1.1	Chão Rico.....	39
5.1.2	Quinta da Alfazema.....	39
5.1.3	Quinta do Arneiro.....	40
5.2	Modelos de negócio .....	41
5.3	O desafio da viabilidade económica.....	44
5.4	Empregabilidade e condições laborais .....	47
5.5	Contribuição para a comunidade e a sociedade .....	48
5.6	Utilização de energia e pegada carbónica .....	49
5.7	Principais desafios, futuro e perspetiva sobre a estratégia política .....	52
6.	Discussão de Resultados .....	55
6.1	Sustentabilidade económica .....	55
6.2	Sustentabilidade social .....	57
6.3	Sustentabilidade ambiental.....	59
7.	Conclusões .....	61
	Referências Bibliográficas e Fontes .....	65
	Anexos.....	71
	Anexo A – Guião da entrevista Chão Rico.....	71
	Anexo B – Guião da entrevista Quinta da Alfazema.....	75
	Anexo C – Guião da entrevista Quinta do Arneiro.....	79

## Índice de Figuras e Tabelas

Figura 3.1 – MLP para a transição (Geels & Schot, 2007) .....	13
Figura 3.2 – Diferenças entre o sistema alimentar convencional e alternativo (Ilbery & Maye, 2005, p. 824).....	15
Figura 3.3 – Componentes da cadeia de valor (elaboração própria) .....	20
Figura 3.4 – Evolução da superfície em agricultura biológica, por hectares, em Portugal Continental, de 1994 a 2015 (DGADR, 2019).....	29
Tabela 3.1 – Diferentes formas de CCA (traduzido e adaptado de Renting, Marsden, & Banks, 2003).....	21
Tabela 3.2 – Contributos dos SAA para a sustentabilidade (elaboração própria).....	23
Tabela 4.1 – Pressupostos pertinentes para os diferentes modelos de pesquisa qualitativa (Yin, 2009).....	32
Tabela 4.2 – Tipos de estudos de caso (traduzido e adaptado de Yin, 1993) .....	33
Tabela 4.3 – Caracterização da amostra.....	36
Tabela 4.4 – Lista dos entrevistados para a recolha de dados e as abreviaturas para citações diretas no texto .....	37
Tabela 5.1 – Modos de distribuição das organizações estudadas .....	41
Tabela 5.2 – Dados de faturação de 2019 por área de negócio da Quinta do Arneiro .....	45
Tabela 5.3 – Comparação do número de trabalhadores e a área do espaço agrícola .....	47
Tabela 5.4 – Resumo de respostas sobre maquinarias utilizadas, tratamentos e forma de irrigação.....	50



## **Lista de Abreviaturas**

CCA – Circuitos Curtos Agroalimentares

EUA – Estados Unidos da América

MLP – *Multi-level perspective*

PAC – Política Agrícola Comum

SA – Segurança Alimentar

SAA – Sistemas Alimentares Alternativos

SAL – Sistemas Alimentares Locais

UE – União Europeia

# 1. Introdução

Nas últimas décadas, os sistemas alimentares sofreram grandes transformações. A globalização, a industrialização e a mecanização, juntas, contribuíram para alterações profundas no funcionamento dos sistemas alimentares (Mazoyer & Roudart, 2008). A Comissão Europeia identificou três questões problemáticas para os agricultores da União Europeia (UE): pressão sobre os rendimentos, produtividade e competitividade fracas, e perda de poder na cadeia de valor (Commission, 2017). A multiplicação de intermediários ao longo da cadeia de valor, a alta dependência de recursos externos, como os combustíveis fósseis e os agroquímicos, contribuem para a inviabilidade dos pequenos agricultores, em prol da crescente concentração do poder das grandes empresas multinacionais (Mazoyer & Roudart, 2008; Shiva, 2008). Para além da pressão sobre os agricultores, têm surgido diversos problemas sociais, ambientais e económicos dentro do atual sistema alimentar. Este sistema é um dos que contribui mais para as alterações climáticas (Poore & Nemecek, 2018; Springmann, et al., 2018). A inviabilidade dos agricultores de pequena dimensão e a mecanização contribuíram para o desemprego de inúmeras pessoas, que tiveram de abandonar os meios rurais para as cidades (Baptista, et al., 2013; De Fazio, 2016). O desperdício alimentar e a saúde pública são outros temas que estes sistemas têm provocado (Food, 2019; IPCC, 2019). Assim, este cenário coloca desafios acrescidos para a segurança alimentar<sup>1</sup> (SA), a crise climática e a viabilidade económica dos pequenos produtores.

Para contrariar esta tendência hegemónica dos sistemas alimentares atuais e responder aos desafios identificados, surgiu entre os anos 70 e 80 do século XX um movimento designado por sistemas alimentares alternativos (SAA). Este movimento procura aumentar os rendimentos dos agricultores através de uma relação direta com o consumidor ou com apenas um intermediário entre produtor e consumidor, e de proximidade local (Goodman, DuPuis, & Goodman, 2012; Jarosz, 2008). Também tem sido alvo de estudo nos potenciais contributos para a sustentabilidade (Forssell & Lankoski, 2015).

Esta dissertação tem como principal objetivo perceber como os SAA podem contribuir para o aumento dos rendimentos dos produtores e a viabilidade económica dos seus negócios, e investigar os potenciais benefícios destas organizações para a sustentabilidade, podendo

---

<sup>1</sup> Segurança alimentar é definido como “A situation that exists when all people, at all times, have physical, social and economic access to sufficient, safe and nutritious food that meets their dietary needs and food preferences for an active and healthy life” (FAO, 2019, p. 69).

influenciar uma transição sustentável dos sistemas alimentares em Portugal. Para isso, definiu-se a principal questão de investigação: *Como podem os Sistemas Alimentares Alternativos contribuir para a sustentabilidade, garantindo simultaneamente a respetiva viabilidade económica em Portugal?*

De forma a responder a esta pergunta, através da revisão de literatura, pretende-se definir os conceitos de sustentabilidade e de SAA. Sendo a viabilidade dos produtores e a sustentabilidade os objetos de estudo, aprofundar-se-ão conhecimentos nas formas de produção, modelos de negócio, benefícios e desafios para a sustentabilidade dos SAA.

Quanto à metodologia utilizada no âmbito desta dissertação, recorreu-se à abordagem por estudo de caso a três organizações diferentes. A seleção de casos foi minuciosa, estando todas abrangidas pelo conceito dos SAA; porém, existem semelhanças e diferenças significativas nas abordagens ao mercado, nos meios onde estão inseridos e na sua dimensão, o que foi relevante para o estudo. Para responder à questão de investigação proposta, desenvolveu-se uma análise qualitativa proveniente de entrevistas semiestruturadas com os proprietários das empresas e análise de fontes primárias obtidas através de notícias, redes sociais, *websites* e análise documental, servindo para cruzar informação para aumentar a veracidade dos resultados obtidos.

Esta investigação pretende contribuir para o estudo dos SAA em Portugal e perceber, do ponto de vista do produtor, os benefícios que estes sistemas promovem para as suas empresas e para a sustentabilidade. Esta contribuição deve aprofundar uma visão sobre a forma de funcionamento destas organizações segundo os SAA, que impacto este fenómeno teve para os seus negócios e como pode facilitar uma mudança nos sistemas alimentares. As conclusões podem incentivar à multiplicação de organizações como as estudadas, pelas vantagens destas abordagens.

Esta dissertação está estruturada em sete capítulos. No capítulo 2, serão apresentados os problemas que se pretendem abordar. No terceiro capítulo, desenvolver-se-á a revisão da bibliografia, começando pela definição de sustentabilidade e a relação com economia, de seguida aprofunda-se a teoria sobre a transição para a sustentabilidade dos sistemas alimentares. Depois, entra-se no conceito de SAA, primeiramente, com a origem e conceptualização, seguindo-se as formas de produção estudadas e os modelos de negócios adotados. Por último, serão teorizados os benefícios e os desafios que os SAA oferecem à sustentabilidade. Sumariamente, contextualizar-se-ão as políticas públicas e os sistemas alimentares na UE e em Portugal, e o potencial desenvolvimento dos SAA em Portugal. No capítulo 4, apresenta-se a metodologia de investigação utilizada, expõe-se os objetivos e questões de investigação,

justifica-se a escolha do método escolhido, apresenta-se os estudos de casos, a forma de recolha de dados e a análise dos dados. No capítulo 5, descrevem-se os casos estudados e apresentam-se os resultados obtidos. No sexto, discutem-se os resultados, cruzando-os com a teoria estudada em três subcapítulos: sustentabilidade económica, social e ambiental. Por último, serão resumidas as principais conclusões e sugerem-se pistas para futuros estudos e recomendações socioeconómicas e políticas.

## 2. Problemática

A agricultura é um setor fundamental para qualquer sociedade. Uma transformação nos sistemas económico, social e ambiental terá sempre de garantir que as pessoas não fiquem privadas de alimentos. Sensivelmente, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, a agricultura sofreu uma transformação rápida, rumo a uma maior industrialização e globalização, promovida pela “*Green Revolution*”<sup>2</sup>, através de fortes subsídios públicos. Esta transição é a consequência de um elevado investimento em mecanização, indústria química e tecnologia. O novo modelo de produção procurou explorar as economias de escala, orientando os agricultores para uma maior especialização e uniformização dos seus produtos através de monoculturas em larga escala, um maior uso de maquinaria, aplicação de químicos (fertilizantes e pesticidas) e enorme dependência de combustíveis fósseis. Esta mudança na utilização do uso da terra, consequentemente uma menor dependência do trabalho do homem, contribuiu para a migração de inúmeras pessoas dos meios rurais para as cidades e para uma redução dos custos reais dos alimentos (Mazoyer & Roudart, 2008).

A introdução da comercialização de sementes híbridas com maior rendimento, mais tarde seguidas pelas variedades geneticamente modificadas, pela promoção do comércio global de alimentos e pelo domínio crescente por parte de empresas multinacionais que controlam as sementes e os agroquímicos contribuíram fortemente para uma especialização, industrialização e globalização do sistema alimentar atual (Hathaway, 2016; Mazoyer & Roudart, 2008; Shiva, 2008).

O sistema alimentar engloba cadeias alimentares, redes alimentares e ciclos alimentares, dividido por várias fases, começando na produção, transporte, passando para o processamento e transformação, embalagem, distribuição, retalho, preparação, consumo e, por fim, gestão de resíduos. Este sistema engloba todas as atividades e atores que participam nas mais variadas fases e com tantos impactos na nutrição, saúde e bem-estar global e no meio ambiente (Brinkley, 2013; IPCC, 2019). Segundo a definição da FAO (2016), o sistema alimentar agroindustrial global é o mais adotado do sistema alimentar, dominado por poucas empresas multinacionais através de integração vertical. É um sistema complexo, com longas cadeias de fornecimento e alimentos processados.

---

<sup>2</sup> *Green revolution* ou Revolução verde foi baseada na seleção de plantas com bom rendimento, frequente utilização de fertilizantes químicos, produtos de tratamento, e novas formas de irrigação e de drenagem para um controlo mais eficaz da água (Mazoyer & Roudart, 2008).

A grande maioria da população mundial é alimentada por este sistema e serve como suporte de subsistência a mais de mil milhões de pessoas. Desde 1961, a disponibilidade de alimentos por pessoa aumentou mais de 30% (IPCC, 2019). Embora esta globalização alimentar tenha permitido, em algumas regiões, uma maior abundância de alimentos e produtos alimentares nos supermercados locais (Busch, 2010), este sistema tem provocado diversos problemas económicos e sociais, contribuindo também largamente para as alterações climáticas, questões energéticas e gestão da água, e tem causado efeitos nefastos para a saúde pública e dos ecossistemas (Food, 2019; Fouilleux, Bricas, & Alpha, 2017; Hickel J. , 2019; Poore & Nemecek, 2018).

Em termos de saúde pública, existem distintos problemas resultantes da má nutrição, a nível global. Enquanto 821 milhões de pessoas não têm acesso a comida para obterem uma alimentação suficientemente nutritiva, paradoxalmente, mais de 2 mil milhões de adultos sofrem de excesso de peso ou são obesos (IPCC, 2019). Na UE, mais de 50% da população tem excesso de peso e 20% são obesos. Dietas não saudáveis contribuem para a causa de morte mais comum, doenças cardiovasculares com um valor de 49%, e doenças crónicas representam 70% a 80% dos custos com a saúde (Food, 2019).

O sistema alimentar global é um dos que mais contribui para as alterações climáticas, perda de biodiversidade, desflorestação, contaminação dos ecossistemas aquáticos e dos solos através do uso de nitrogénio e fósforo dos fertilizantes aplicados, e é ainda o maior consumidor de água doce para irrigação (Springmann, et al., 2018). Um estudo recente estima que, globalmente, o sistema que nos alimenta tem um impacto de 26% das emissões antropogénicas (resultantes da atividade humana) de gases de efeito de estufa (Poore & Nemecek, 2018). Na UE, perde-se 970 milhões de toneladas de solo todos os anos, enquanto o uso de pesticidas e fertilizantes à base de nitrogénio estão a provocar grandes perdas de biodiversidade, que ameaçam produções futuras, que custam cerca de 3% do Produto Interno Bruto. A UE, para conseguir corresponder à procura de alimentos, precisa de 31% de terra além-fronteiras, contando com importações de larga escala, principalmente de rações para animais, soja, carne bovina, couro e óleo de palma, contribuindo, conseqüentemente, para a desflorestação de florestas nos trópicos. Exemplo disto são os 22 mil milhões de toneladas de ração animal à base de soja que a UE importa todos os anos. Na UE, 20% dos alimentos que são produzidos resultam em perdas ou desperdícios, o que representa um custo no valor de 143 mil milhões de euros (Food, 2019).

A crescente industrialização e a intensificação do comércio de alimentos num mundo globalizado direcionaram o mercado para uma lógica de crescimento e concorrência, tornando inviáveis muitos negócios em benefício de poucos. A multiplicação de intermediários ao longo

da cadeia de valor provocou um decréscimo nos rendimentos dos agricultores, causando a exclusão de muitos, e criou impactos rurais negativos como o desemprego e êxodo rural (De Fazio, 2016). Estes impactos foram sentidos principalmente nos agricultores de pequena escala com pouca capacidade de investir em tecnologia e maquinaria, para conseguir competir com os seus concorrentes. Com o abandono dos seus negócios, vêm-se obrigados a vender as suas propriedades, que são muitas das vezes compradas pelos proprietários das explorações vizinhas, para a produção uniformizada em larga escala. Assim, no hemisfério norte, a tendência da diminuição do emprego agrícola continua, em detrimento do aumento médio da dimensão das explorações agrícolas (Beckers, et al., 2018).

A industrialização da agricultura tornou os agricultores totalmente dependentes de recursos externos (químicos, combustíveis) para garantirem as suas produções. Ainda que isso se tenha traduzido num aumento das vendas, também levou a um incremento significativo de custos, provocando um esmagamento das margens de lucro. Muitos dos agricultores na UE e Estados Unidos da América (EUA) têm de recorrer ao crédito para continuar a laborar, e os subsídios representam uma percentagem significativa dos seus rendimentos (Food, 2016). Esta evolução dos sistemas alimentares levou a uma maior burocracia, e à adoção de produção mais estandardizada para atender a especificidades requeridas pelos grossistas e retalhistas, reforçando o seu poder de mercado económico e político. O estudo de Burch e Lawrence (2013) é um exemplo que indica que, através da financeirização<sup>3</sup> das cadeias agroalimentares, os retalhistas reforçaram o seu domínio, tornando-se atores fundamentais no sistema alimentar, e que contribuíram, também, para a criação de novos atores como os comerciantes de mercadorias (*commodity*), capitalistas de risco e as instituições financeiras. Isto contribuiu para a inviabilidade dos pequenos agricultores através do aumento da volatilidade de preços e insegurança dos seus meios de subsistência (Clapp, 2014).

Na UE, a concentração de espaços agrícolas e recebimento dos subsídios através da Política Agrícola Comum (PAC), numa percentagem reduzida de agricultores, também tem contribuído para esta concorrência desleal que os agricultores de pequena escala estão sujeitos. Um dado curioso indica que, em 2012, globalmente, 70% da indústria dos agroquímicos estava concentrada em três empresas e o comércio mundial de cereais era detido por quatro

---

<sup>3</sup> Segundo Epstein (2005), a financeirização é definida pela *“increasing importance of financial markets, financial motives, financial institutions, and financial elites in the operation of the economy and its governing institutions, both at the national and international levels”* (p.3).

multinacionais até 90% do mercado (Food, 2019). As sucessivas reformas da PAC e a liberalização do comércio direcionaram os sistemas alimentares para uma lógica de mercado. Desta forma, os agricultores estão expostos a uma maior vulnerabilidade de preços que coloca problemas na viabilidade dos seus negócios. Considerando estes desafios da globalização, existem estados-membros da UE que estão mais frágeis, como é o caso dos países do sul, inclusive Portugal (Giannakis & Bruggeman, 2015).

Em Portugal, o sistema alimentar está na posse de poucas multinacionais, o que contribui para a exclusão de pequenos agricultores e abandono de terras, dando lugar a monoculturas em larga escala, resultando na migração dos meios rurais para as cidades, o que provoca a estagnação das economias rurais e locais (Baptista, et al., 2013).

Atualmente, a população mundial atinge valores nunca antes registados – 7,7 mil milhões de pessoas –, e estima-se que em 2050 seremos, aproximadamente, 9,7 mil milhões de pessoas (United Nations, 2019). Se, por um lado, o sistema alimentar coloca pressões nos recursos naturais, contribuindo largamente para a degradação ambiental, por outro, as alterações climáticas prometem dificultar a produção através de determinados episódios, como secas severas, aumento de temperaturas, chuvas fortes, perda de solo, ou falta de água, e que poderão ter um impacto devastador em futuras colheitas e na saúde pública (IPCC, 2019).



### 3. Revisão de literatura

#### 3.1 Sustentabilidade na teoria económica e nos sistemas alimentares

##### 3.1.1 A ideia de sustentabilidade na teoria económica

A sustentabilidade e a economia estão naturalmente ligadas desde a presença do ser humano na Terra. A necessidade constante de gerir recursos para a sobrevivência do ser humano conectam estes dois conceitos. Tendo em consideração esta relação de interdependência é relevante explorá-la. É importante ter presente que a preocupação com o meio ambiente e o papel da economia mudam de acordo com a cosmovisão da época.

Ao longo dos últimos séculos, vários estudos mostraram preocupações sobre os limites dos recursos naturais à atividade humana. Exemplo disso é a célebre obra *Essay on the principle of population*, de Thomas Malthus, publicada em 1798. Ele defendia que o crescimento económico provocava um aumento nos salários, consequentemente, um crescimento populacional a uma velocidade superior do que a disponibilidade de alimentos e, assim, colocaria pressão sobre os recursos naturais (Malthus, 1872). Outro economista clássico, John Stuart Mill, em 1848, na sua obra *Principles of political economy* mencionava preocupações com o planeta Terra, propondo um “estado estacionário”. Para ele, o crescimento ilimitado da riqueza e da população, para benefício da posterioridade, “*will be content to be stationary, long before necessity compels them to it*” (Mill, 1883, pp. 452-454). Já no século XX, a definição de economia de Robbins (1932), na sua obra *An Essay on the nature and significance of economic science*, está bem explícita, evidenciando a inquietação com o meio ambiente e observando que “*Economics is the science which studies human behavior as a relationship between ends and scarce means which have alternative uses*” (Robbins, 1932, p. 15). Esta definição alerta para a necessidade da eficiência na utilização dos recursos escassos.

Os termos “sustentabilidade” e “sustentável” surgem associados ao desenvolvimento no século XX, na década de 50 e 60, após a Segunda Guerra Mundial. Associado ao projeto de desenvolvimento, começou a ser utilizado o termo “crescimento económico sustentado” (*sustained growth*). Este crescimento, baseado numa ideia de industrialização e modernização, seria fundamental para o desenvolvimento, com o objetivo da maximização do bem-estar populacional (Amaro, 2011; Cypher & Dietz, 2008; Hausman, 1994).

Em 1987, foi publicado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, o relatório de Brundtland com o nome “*Our Common*

*Future*”. Este relatório colocou na agenda política internacional e científica a sustentabilidade, com o conceito “desenvolvimento sustentável”, com o qual a questão dos limites dos recursos naturais é introduzida na nova forma de desenvolvimento, com a definição “*sustainable development is development that meets the needs of the present generations without compromising the ability of future generations to meet their own needs*” (Brundtland, Khalid, Agnelli, Al-Athel, & Chidzero, 1987, p. 37). Este relatório surge no âmbito dos acontecimentos de 1972. Em primeiro lugar, a Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente, organizada nesse ano pelas Nações Unidas, um encontro pioneiro para a conceptualização de um novo termo de “desenvolvimento”, com o assunto central sobre a relação de desenvolvimento com o meio ambiente. Em segundo lugar, a publicação do Relatório “*Limits to Growth*”, desenvolvido pelo Clube de Roma, que reforça a ideia de que a expansão económica dos últimos anos era insustentável do ponto de vista ambiental (Amaro, 2011; Santos, 2002).

O conceito foi consolidado nos anos seguintes com a Cimeira da Terra, em 1992, no Brasil, onde foi criada a Comissão para o Desenvolvimento Sustentável. Nesse ano, foi também concebida a “Agenda XXI” com o propósito de unificar o compromisso de 178 países para o novo século. Em 2002, na Cimeira da Terra, em Joanesburgo (África do Sul), o conceito “desenvolvimento sustentável” evoluiu oficialmente na sua definição que, para além da perspectiva ambiental e económica, começou a abranger a dimensão social. Esta definição permanece intacta até aos dias de hoje (Amaro, 2011), embora tenham sido realizadas, desde então, várias cimeiras com o intuito de definir novas políticas e objetivos para um desenvolvimento mais sustentável, da multidimensionalidade do conceito. Neste momento, está em vigor a Agenda 2030, constituída por 17 objetivos de desenvolvimento sustentável, concebida formalmente pelas Nações Unidas e os seus estados-membros (UN, 2015).

É indiscutível que a “sustentabilidade” e o “desenvolvimento sustentável” tornaram-se termos frequentes por todo o mundo. Ainda assim, desde 1987, vão se organizando conferências, cimeiras, acordos, tratados, entre outros, mas a dificuldade em responder à crise climática perpetua-se. Desta forma, como refere o filósofo Charles Eisenstein, no seu livro *Sacred Economics*, “*I have long been impatient with “sustainability” as if that were an end in itself. Isn’t it more important to think about what we want to sustain, and therefore what we want to create?*” (Eisenstein, 2011, p. 173). De facto, este termo tem recebido inúmeras críticas, sendo acusado de ter sido capturado pelos interesses economicistas subjacentes ao modelo de desenvolvimento, tendo como principal objetivo sustentar o *statu quo*, isto é, o crescimento económico, os padrões de bem-estar, os sistemas de valores dominantes e as relações de poder existentes (Acosta, 2016; Amaro, 2011; Hickel D. , 2015; Santos, 2002).

Para Acosta (2016), é necessário um sistema económico que seja compatível com a capacidade de regeneração dos ecossistemas, ou seja, dos sistemas naturais, sem esquecer o bem-estar humano. A economia, na Grécia Antiga, segundo Aristóteles, não deveria ser confundida com acumulação de riqueza que levaria à “(...) preocupação com o afã de viver, mas não com o bem viver; sendo este apetite ilimitado, também desejam meios sem limites para o satisfazer” (Aristóteles, Amaral, & Gomes, 1998, p. 83). Neste sentido, o sistema económico deve ter em vista a suficiência para o *bem viver* que Aristóteles menciona. Utilizando a definição de economia dada por José Reis, no seu recente livro *Cuidar de Portugal: Hipóteses de economia política em tempos convulsos*, “a economia é – deve ser –, um sistema de produção, criação de riqueza justamente distribuída e provisão de bem-estar coletivo” (Reis, 2020, p. 21). Para isto, alguns autores apontam à necessidade de relocalizar os sistemas de produção, encurtar as cadeias de valor, sendo fundamental para uma economia que tenha como ambição o serviço à comunidade local, reduzindo o impacto ambiental, com vista à autossuficiência das localidades (Latouche, 2011; Reis, 2020).

Neste sentido, as organizações que serão objeto de estudo nesta dissertação são veículos que visam a transição do global para o local, num setor básico e central como são os sistemas alimentares. Para análise da presente dissertação, e seguindo a conceptualização introduzida pelo relatório de Brundtland, a sustentabilidade será medida nas três dimensões: ambiental, económica e social (Brundtland, Khalid, Agnelli, Al-Athel, & Chidzero, 1987).

### **3.1.2 A transição para a sustentabilidade nos sistemas alimentares**

A necessidade de repensar os sistemas alimentares – tornando-os mais ecológicos, resilientes, democráticos e inclusivos – tem sido um alerta constante da Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO, Sigla do Inglês *Food and Agriculture Organisation*) (FAO & UNICEF, 2017).

Nos últimos anos, têm surgido muitos estudos sobre a transição para a sustentabilidade, salientado a necessidade de mudanças dos padrões de produção e consumo existentes de modo a atingir modelos socialmente mais justos, economicamente viáveis e ambientalmente benéficos. Muita da literatura existente sobre o tema tenta perceber como estes movimentos alternativos conseguem influenciar o *mainstream*. Este conceito de transição para a sustentabilidade é utilizado para mudanças essenciais e numa perspetiva a longo prazo, de forma a provocarem as alterações necessárias nos sistemas de produção e de consumo (Geels, 2011; Spaargaren, Oosterveer, & Loeber, 2013).

Nos últimos anos, uma das principais fontes de pensamento para a transição – relacionada com os SAA e transformações nos sistemas alimentares – é a perspectiva multinível (MLP, Sigla do inglês *multi-level perspective*). O MLP identifica três níveis principais para a transição sustentável: os nichos, os regimes e a paisagem (Geels, 2002). É a interação nos três distintos níveis que provocará a transição de um regime para o outro (Geels & Schot, 2007). Como é observável na figura 3.1, os nichos são espaços onde as pequenas redes de atores podem desenvolver novas formas, procedimentos e inovações e que podem influenciar os outros atores para seguirem as mesmas abordagens (Brunori, Rossi, & Malandrin, 2011; Geels & Schot, 2007). Os regimes são caracterizados por um conjunto de regras e práticas que determinam os sistemas existentes, isto é, o poder político e o *lobby* das grandes multinacionais que operam nos regimes atuais, por vezes, formulam um conjunto de regulamentos e regras formais ou informais que conduz a que as mudanças de regime sejam demoradas (Geels, 2011). A paisagem influencia a conexão entre o regime e o nicho. As mudanças de paisagens podem ser provenientes de mudanças políticas de governos nacionais ou internacionais, alterações climáticas que forcem uma alteração no regime, mudanças legais ou regulatórias (Hinrichs, 2014).

Increasing structuration  
of activities in local practices

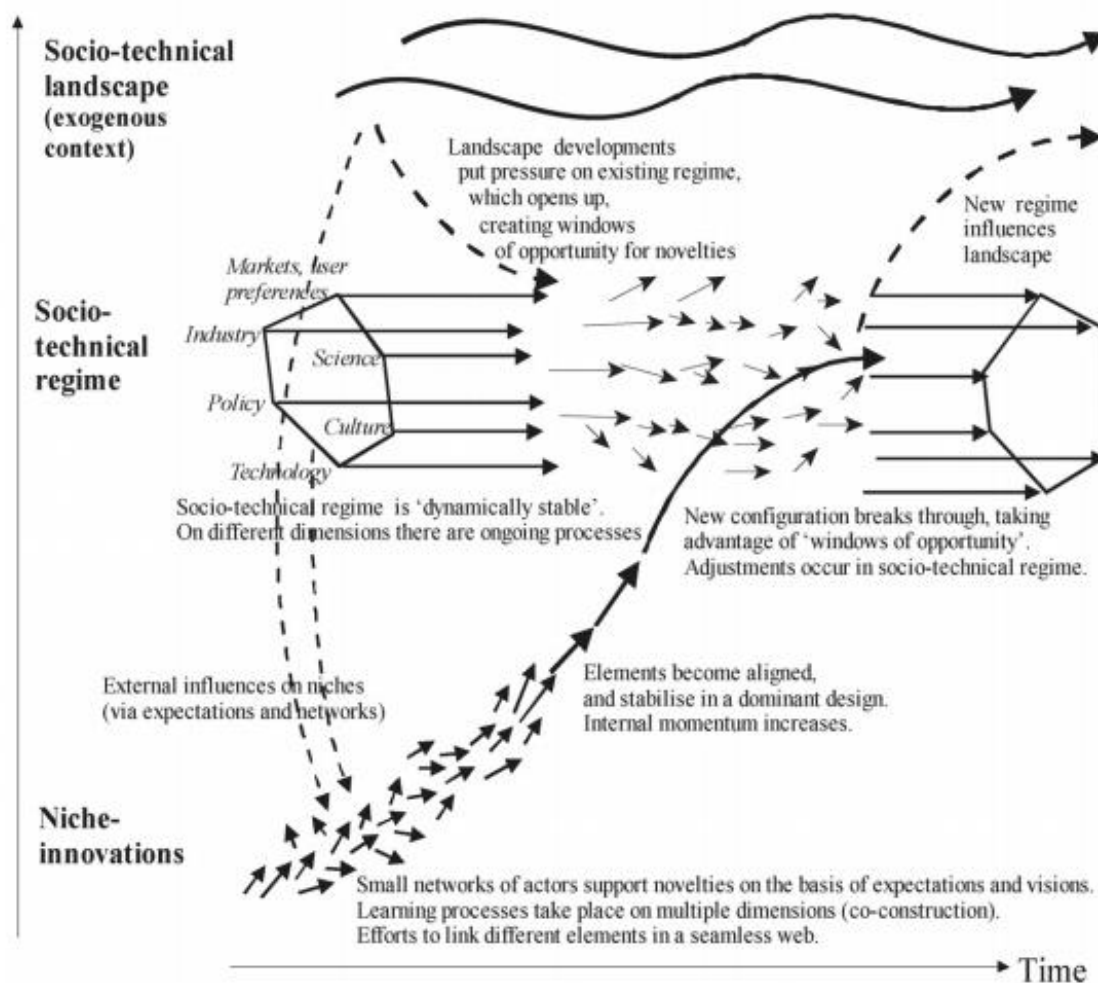


Figura 3.1 – MLP para a transição (Geels & Schot, 2007)

Os SAA podem ser vistos como nicho, segundo a MLP (Brunori, Rossi, & Malandrin, 2011). Desta forma, esta dissertação pretendeu verificar a sustentabilidade destas organizações que operam em nichos e perceber se, no futuro, podem provocar mudanças nos sistemas alimentares e contribuir para a transição, tratando-se de mudanças que são observáveis apenas a longo prazo (Geels, 2011; Spaargaren, Oosterveer, & Loeber, 2013). Esta investigação não pretendeu, assim, perceber se estas organizações conseguirão provocar a transição no regime. Contudo, foi importante aprofundar os conhecimentos desta abordagem para entender o impacto que os movimentos vindos de baixo podem ter. O MLP expandiu o seu reconhecimento de inovações, para além das inovações tecnológicas sustentáveis, admitindo também que inovações sociais podem contribuir para uma transição para a sustentabilidade (Seyfang & Smith, 2007). As investigações nos sistemas alimentares há muito que têm

apresentado estudos de mudanças através de movimentos sociais, iniciativas da comunidade e populares que podem contribuir para uma mudança de paradigma.

## **3.2 Sistemas alimentares alternativos**

### **3.2.1 Origem e conceptualização**

É comum encontrar na literatura académica pelo termo em inglês (*alternative food networks*), mas nesta dissertação adaptou-se para a expressão SAA. A palavra “alternativo” mostra que existe outra opção. A outra opção nomeou-se como um sistema alimentar convencional, ou seja, que é dominante atualmente, o *mainstream*.

O movimento dos SAA surgiu entre os anos 70 e 80 do século XX. Na sua origem, estão os avisos de vários grupos ativistas sociais, ambientalistas, estudantes, que alertaram para os problemas e contradições (abordadas no capítulo 2) que o sistema alimentar industrial estava a provocar. Nos estudos relacionados com os SAA, parece existir consenso geral, sendo este fenómeno uma resposta à degradação ambiental; ao desaparecimento da agricultura familiar ou do agricultor de pequena escala, devido aos baixos rendimentos a que estão sujeitos; ao poder das empresas retalhistas; ao aumento exponencial do consumo de alimentos altamente processados e com pouco valor nutricional; à globalização dos sistemas alimentares e a sua insustentabilidade nas várias dimensões (Goodman, DuPuis, & Goodman, 2012; Maye & Kirwan, 2010; Renting, Marsden, & Banks, 2003).

Fruto da globalização, tem sido também um movimento em ascensão por todo o mundo. Através do pensamento global, com aplicação local. A partir dos anos 1990, as investigações académicas intensificaram-se, surgindo em várias áreas de estudo, em especial, nas ciências sociais. Estes movimentos têm historicamente as suas raízes principais nos EUA e na Europa, e têm sido muito estudados nestas regiões (Goodman, DuPuis, & Goodman, 2012; Holloway, et al., 2007; Maye & Kirwan, 2010; Tregear, 2011). Na Europa, os estudos focam-se mais nas novas oportunidades que oferecem aos pequenos negócios nos meios rurais (agricultores de pequena escala), para a sobrevivência das suas explorações; enquanto nos EUA, o fenómeno tem sido mais politizado (Holloway, et al., 2007). No entanto, para Treager (2011), existem três principais perspetivas de estudo identificadas nas investigações relacionadas com os SAA: (1) economia política; (2) sociologia dos meios rurais ou o desenvolvimento rural; (3) os modos de governança.

Apesar de, nas últimas décadas, os SAA terem sido um objeto de estudo bastante explorado, existe a dificuldade de especificar o conceito pela sua abrangência e multidimensionalidade. Para clarificar o que é alternativo em relação ao *mainstream*, recorreu-se à figura dos autores Ilbery e Maye (2005), que mostra as diferenças entre os dois sistemas e tem sido utilizada frequentemente na literatura académica para este efeito.

Conventional	Alternative
Modern	Postmodern
Manufactured or processed	Natural or fresh
Mass (large-scale) production	Craft or artisanal (small-scale) production
Long food supply chains	Short food supply chains
Costs externalised	Costs internalised
Rationalised	Traditional
Standardised	Different and diverse
Intensive	Extensive
Monoculture	Biodiversity
Homogenisation of foods	Regional palates
Hypermarkets	Local markets
Agrochemicals	Organic, sustainable farming
Nonrenewable energy	Renewable energy
Fast food	Slow food
Quantity	Quality
Disembedded	Embedded

Figura 3.2 – Diferenças entre o sistema alimentar convencional e alternativo (Ilbery & Maye, 2005, p. 824)

Na sua origem, os SAA poderão ser compreendidos como um movimento social que promove novos espaços de comercialização de alimentos, ou seja, uma realocação das redes alimentares com a promessa da sustentabilidade (Forssell & Lankoski, 2015), explorando novas formas de produção, distribuição e consumo com um carácter alternativo às relações capitalistas do sistema alimentar convencional (Feenstra, 1997; Goodman, DuPuis, & Goodman, 2012; Holloway, et al., 2007; Jarosz, 2008; Renting, Marsden, & Banks, 2003). É um movimento baseado em valores: ecologicamente sustentável e socialmente progressivo (Favilli, Rossi, & Brunori, 2015; Feenstra, 1997; Goodman, DuPuis, & Goodman, 2012; Jarosz, 2008; Renting, Marsden, & Banks, 2003). Ainda assim, estudos desenvolvidos nos últimos anos demonstram que estas formas alternativas organizacionais podem coexistir e evoluir mutuamente na sociedade capitalista atual (Goodman, DuPuis, & Goodman, 2012).

Conforme indicam vários autores, estas iniciativas alimentares procuram promover a sustentabilidade e, segundo Feenstra (1997), “*are rooted in particular places, aim to be*

*economically viable for farmers and consumers, use ecologically sound production and distribution practices, and enhance social equity and democracy for all members of the community”* (p. 2); ou *“to create food systems that are environmentally sustainable, economically viable, and socially just”* (Allen, FitzSimmons, Goodman, & Warner, 2003, p. 1). De acordo com Treager (2011), os SAA têm sido definidos como sendo sistemas que promovem um tipo de agricultura mais ecológica, com menos emissões de carbono emitidas no transporte, e com diversos benefícios socioeconômicos para agricultores, comunidades rurais, lojas de pequena dimensão e até para os consumidores, através de um aumento de consumo de alimentos mais saudáveis. Segundo Jarosz (2008), estes sistemas explicam-se a partir da consideração de quatro aspetos:

- proximidade entre produtor e consumidor;
- métodos de agricultura sustentável, de produtores de pequena escala, contrariando a tendência atual de explorações agrícolas em larga escala;
- existência de mercados locais, pontos de recolha, cooperativas de alimentos, esquema de cabazes, Agricultura Suportada pela Comunidade<sup>4</sup> e parcerias com escolas regionais para escoar os produtos alimentares;
- compromisso com as dimensões sociais, ambientais e económicas na produção, distribuição e consumo sustentáveis.

Os SAA poderão ser divididos entre “fracos” e “fortes”. O primeiro deve-se ao aproveitamento das grandes empresas na venda de produtos de “qualidade” e “biológicos” – para assegurarem um nicho de mercado que procura alimentos saudáveis –, mas que continuam nos circuitos convencionais, mesmo que as formas de produção sejam biológicas, não significa que sejam ecologicamente sustentáveis, resultando, então, em produtos alternativos, mas dentro do mesmo sistema. Os “fortes” são designados por circuitos curtos agroalimentares<sup>5</sup> (CCA) e

---

<sup>4</sup> Agricultura suportada pela comunidade é uma expressão adotada da inglesa *Community Supported Agriculture*. É um conceito segundo o qual um grupo de pessoas consome alimentos de um determinado agricultor, partilhando com eles os riscos e os benefícios (Allen, FitzSimmons, Goodman, & Warner, 2003).

<sup>5</sup> “Circuitos curtos agroalimentares” é uma expressão adotada da inglesa *Short Food Supply Chains*, já usada em estudos realizados em Portugal pelo mesmo termo, como por exemplo (Baptista, et al., 2013).



sistemas alimentares locais<sup>6</sup> (SAL), e que visam não só oferecer alimentos alternativos, como também participar em circuitos fora do *mainstream* (Watts, Ilbery, & Maye, 2005). A interpretação do “local” nos SAA vai além da proximidade geográfica e territorial, concentra-se nas conexões dos atores, aquilo que Sonnino (2019) nomeia como “novo localismo”. Na presente investigação, os casos que são estudados pertencem, conforme esta lógica, aos SAA “fortes”.

### **3.2.2 Modos de produção nos sistemas alimentares alternativos**

Como exposto no capítulo da problemática, os sistemas de produção dominantes são caracterizados pelas produções em larga escala com uma grande dependência de recursos externos (fertilizantes, químicos) e uma utilização massiva de maquinaria movida a combustíveis fósseis. Isto conduz a vários problemas: se por um lado provocam fortes impactos nocivos para o meio ambiente, contribuindo intensamente para o agravamento da crise climática, por outro, os agricultores ficam dependentes de materiais externos (combustíveis fósseis, agroquímicos, entre outros), tornando a vulnerabilidade de preços elevada, e podendo colocar em risco a viabilidade económica dos seus negócios (Goodman, DuPuis, & Goodman, 2012; Hathaway, 2016; Mazoyer & Roudart, 2008).

Para os SAA poderem contribuir para uma transição sustentável do sistema alimentar, é crucial a sustentabilidade dos sistemas de produção de alimentos. Por isso, neste capítulo, interessa aprofundar o que poderão ser os diferentes modos de produção na agricultura biológica, seguindo uma ética ecológica e mais resilientes. Como foi referido, promovem uma relação direta entre produtores e consumidores, e/ou local, os SAA devem também ser sustentáveis na produção e consumo para contribuírem positivamente para a proteção do ambiente (Tregear, 2011).

Nos SAA, existe responsabilidade e ética nos métodos de produção, que respeitam os ciclos naturais do solo, originando uma produção sustentável, embora os alimentos possam não ser formalmente certificados. Estas formas de cultivo não incluem qualquer químico ou fertilizante artificial para acelerar o processo de crescimento dos alimentos (Kloppenburg Jr, Lezberg, De Master, Stevenson, & Hendrickson, 2000). A agricultura de pequena escala, ou agricultura familiar, é mencionada pelos seus valores relacionados com a sustentabilidade ou formas mais

---

<sup>6</sup> “Sistemas alimentares locais” é uma expressão adotada da inglesa *Local Food Systems*, também já utilizada no estudo (Baptista, et al., 2013).

ecológicas de trabalhar a terra e maior adaptabilidade ao mercado (Forssell & Lankoski, 2015). Para Jarosz (2008), não é o tamanho da propriedade que mostra a sustentabilidade dos modos de produção, mas a diversidade de culturas escolhida.

A consciencialização da importância de consumir alimentos biológicos fez aumentar consideravelmente a procura. Assim, o risco da produção destes alimentos serem abordados a partir de uma perspetiva produtivista/convencional, em que a lógica de crescimento e a obtenção de economias de escala prevaleçam e deixam de cumprir a ética e valores ecológicos e sociais subjacentes, é uma realidade (Dinis, Ortolani, Bocci, & Brites, 2015). Assim, a certificação biológica pode não ser suficiente para garantir práticas sustentáveis. Para captar este segmento de mercado, as empresas do agronegócio convencionais estão a comandar esta conversão para o biológico dos consumidores, com a mesma lógica da obtenção de lucro a todo o custo (Goodman, DuPuis, & Goodman, 2012).

Assim, e com o agravamento das alterações climáticas, têm surgido vários movimentos que prometem a conservação dos recursos naturais, enquanto conseguem obter elevada produtividade. Neste sentido, e já várias vezes mencionado em estudos ligados aos SAA, tem sido a agroecologia<sup>7</sup> (Fernandez, Goodall, Olson, & Méndez, 2013). Um estudo recente mostra a performance económica deste fenómeno na Europa. Os casos estudados nesta investigação apresentam rendimentos maiores do que na agricultura convencional, menos dependência de subsídios, maior empregabilidade por hectare e práticas agrícolas com elevados graus de preservação do meio ambiente (Ploeg, et al., 2019). Movimentos nomeados como a

---

<sup>7</sup> A agroecologia pode ser definida como um movimento, uma prática, um estudo ecológico dos sistemas alimentares, muito ligado também a práticas de produção agrícolas ambientalmente benéficas. Visa a sustentabilidade e justiça dos sistemas alimentares. Nem todos os métodos de produção biológica são associados a agroecologia, mas em geral a agroecologia é biológica (Fernandez, Goodall, Olson, & Méndez, 2013; Hathaway, 2016).

agrofloresta<sup>8</sup>, permacultura<sup>9</sup>, *market gardening*<sup>10</sup>, agricultura biodinâmica<sup>11</sup> têm sido abordados ultimamente na Europa, inclusive em Portugal. Um segmento de mercado muito abordado nestes movimentos é a produção de hortícolas. Também já existem diversos trabalhos na agricultura regenerativa que, como o próprio nome indica, pretende regenerar os ecossistemas, mais do que conservar, isto é, colocar mais carbono no solo do que emitir no processo de produção do alimento (Fortier, 2014; Goodman, DuPuis, & Goodman, 2012; Hathaway, 2016; Perkins, 2016). Um sistema como o montado com mais 800 anos de história, tem sido recentemente reconhecido como um sistema caracterizado por altos valores de biodiversidade e uma boa produtividade, sendo uma mais valia a nível regional nos vários pilares da sustentabilidade na região mediterrânea, inclusive Portugal (Sutherland, Darnhofer, Wilson, & Zagata, 2014).

Ainda assim, vários desafios terão de ser enfrentados na mudança de paradigma. O envelhecimento dos agricultores da UE, a educação e os contextos culturais e económicos dificultam a abertura necessária para a adaptação a novos métodos de produção e distribuição de alimentos, tornando a transição mais árdua (Food, 2016).

### **3.2.3 Modelos de negócio nos SAA**

Nos capítulos anteriores, recorrendo à literatura existente sobre os SAA, foi possível explicar que os SAA visam criar relações diretas e/ou próximas entre agricultores e consumidores. Assim, é relevante especificar como são essas relações, que modelos de negócio têm sido

---

<sup>8</sup> A agrofloresta envolve sistemas agrícolas e florestais, através da combinação de plantas diversas, para diferentes fins, com perspetivas de produção durante um longo período e de regeneração dos ecossistemas, e com benefícios para os agricultores e para o ambiente (Bartlett, 2020).

<sup>9</sup> A permacultura é um conjunto de princípios baseados numa ética de respeito pelos ecossistemas naturais, sendo umas das formas mais usadas da agroecologia, e com o objetivo de criar sistemas de produção diversos e sustentáveis (Hathaway, 2016).

<sup>10</sup> *Market gardening* é uma abordagem da forma de produção de pequena escala intensiva, direcionada para o mercado, com o objetivo de lucro (Fortier, 2014).

<sup>11</sup> A agricultura biodinâmica é uma abordagem ética, ecológica e espiritual para a produção agrícola através da observação dos fenómenos naturais com o objetivo de maximização de colheitas (Savarese, Chamberlain, & Graffigna, 2020). Este estudo investiga a relação entre agricultura biodinâmica e os SAA.

abordados pelos produtores nos SAA, que formas de comercialização utilizam e que componentes da cadeia de valor participam.

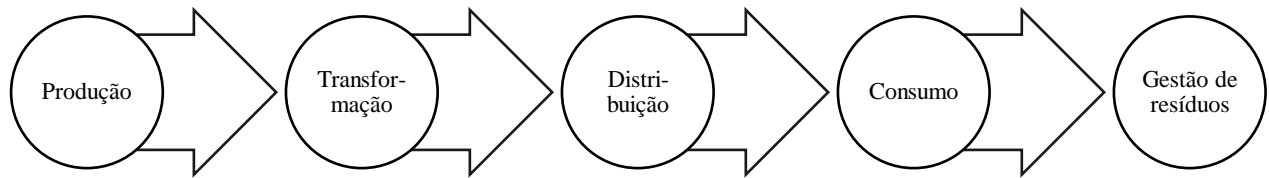


Figura 3.3 – Componentes da cadeia de valor (elaboração própria)

Na figura 3.3, verificam-se os vários processos que constituem a cadeia de valor nos sistemas alimentares. Para garantir a sustentabilidade dos negócios alternativos, em que existe uma visão multidimensional dos projetos, de reciprocidade com a sociedade e de respeito pelo ecossistema, é vital assegurar a viabilidade económica ou financeira das organizações, para que estes planos alternativos consigam perdurar no tempo e, porventura, forçar uma transição para a sustentabilidade dos sistemas alimentares. Nos SAA, os produtores assumem um papel fundamental, optando por modelos de distribuição como os CCA e SAL na relação com o consumidor, com vista a garantir a viabilidade económica dos seus negócios. Estes dois conceitos estão ligados na literatura, com as mesmas pretensões e, assim, serão tratados nesta dissertação como sinónimos (Feagan, 2007; Renting, Marsden, & Banks, 2003). Deste modo, é interessante perceber os conhecimentos na dinâmica provocada por estes dois conceitos referenciados anteriormente como “fortes” que incorporam os SAA (Watts, Ilbery, & Maye, 2005).

Os CCA são caracterizados frequentemente por organizações de pequena ou média dimensão, que procuram novas relações espaciais e sociais com os consumidores, com vista a capturar valor que, normalmente, é perdido pelas cadeias alimentares longas. Outra das características principais é a qualidade dos produtos, provenientes de agricultura biológica, com preocupações ecológicas e transparência para o consumidor, relativamente à origem do produto e certificação. As organizações que seguem este modelo para escoar os seus produtos podem fazê-lo de três formas distintas, como é verificável na tabela 3.1 (Renting, Marsden, & Banks, 2003).

Tabela 3.1 – Diferentes formas de CCA (traduzido e adaptado de Renting, Marsden, & Banks, 2003)

<b>Relação direta CCA</b>	<b>Proximidade CCA</b>	<b>Extensão CCA</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Loja própria</li> <li>• Mercados de agricultores</li> <li>• Esquema de cabazes</li> <li>• <i>E-commerce</i><sup>12</sup></li> <li>• Recolha num local</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cooperativas de consumo</li> <li>• Agricultura Suportada pela Comunidade</li> <li>• mercearias locais</li> <li>• Supermercados regionais</li> <li>• Restaurantes</li> <li>• Escolas</li> <li>• Instituições (cantinas, escolas)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Rótulos de Certificação</li> <li>• Efeitos de reputação</li> <li>• Códigos de produção</li> </ul>

Num primeiro plano, a tabela acima mostra as relações diretas promovidas por este modelo entre o produtor e consumidor. As opções de distribuição mais encontradas na literatura são os mercados de agricultores, esquema de cabazes e a recolha num local. De seguida, a proximidade indica que a relação entre os atores, sendo local, poderá não ser direta, podendo ter apenas um intermediário. O escoamento dos produtos dos agricultores para as mercearias locais, restaurantes ou retalhistas biológicos regionais são modelos de negócio que os agricultores recorrem abundantemente nesta categoria. Numa terceira e última fase, existem os produtos regionais certificados que podem ser vendidos fora da região, a nível nacional ou internacional, sendo que continuam a pertencer aos CCA. Exemplo disto são os produtos *fair trade*<sup>13</sup> (Renting, Marsden, & Banks, 2003).

Estes circuitos curtos constantemente adotados pelos agricultores nos seus modelos de negócio pretendem o crescimento dos seus rendimentos através de um aumento do poder negocial com os clientes, uma maior diversidade de clientes, não estando sujeitos às exigências impostas pelos retalhistas dominantes (Feagan, 2007; Goodman, DuPuis, & Goodman, 2012;

<sup>12</sup> *E-commerce* é a forma de transação comercial realizada na internet (Renting, Marsden, & Banks, 2003).

<sup>13</sup> *Fair trade* é uma certificação dos produtos que, para além de serem biológicos, respeitam os direitos humanos nas fases da produção e distribuição, promovendo uma justiça social (Goodman, DuPuis, & Goodman, 2012). Em Portugal, é referenciado como comércio justo.

Renting, Marsden, & Banks, 2003). Mais do que a certificação formal, estas relações prometem uma confiança reforçada no agricultor e nos seus produtos (Schermer, 2015).

Nos SAA, de forma a capturar mais valor para as suas organizações, por vezes, os agricultores para além da produção e distribuição, também criam pequenas unidades de transformação de produtos. Esta inovação proporcionará uma maior diversidade de oferta e adição de valor para os seus clientes, um aumento dos seus rendimentos e, por vezes, a reutilização de alimentos, combatendo o desperdício alimentar e evitando perdas económicas subjacentes a esses alimentos (Baptista, et al., 2013; Lamine, Garçon, & Brunori, 2019; Renting, Marsden, & Banks, 2003; Schermer, 2015).

Estudos indicam que, nos SAA, as organizações promovem atividades como o agroturismo, ecoturismo ou *workshops*, com objetivos educacionais sobre a alimentação, a vida no campo, a importância de consumir local e biológico, a forma de cozinhar certos alimentos, a partilha de conhecimentos sobre os modos de produção, entre outros. Estas atividades têm uma componente económica vital, através do incremento das vendas, e social com o fortalecimento das relações entre a comunidade e/ou consumidores com os produtores (Fernandez, Goodall, Olson, & Méndez, 2013; Lamine, Garçon, & Brunori, 2019; Renting, Marsden, & Banks, 2003).

Com uma cadeia de valor mais curta, poderá ser uma mais valia para ambos – produtores e consumidores. Os primeiros poderão obter um aumento da margem, enquanto os segundos poderão usufruir de melhores preços e/ou mais transparência. Nos SAA, as organizações criam e capturam valor distintivamente, dependendo das formas de comercialização que optam; no entanto, a relação com o consumidor pretende alcançar rentabilidade para o produtor e adicionar valor para o consumidor (Wubben, Fondse, & Pascucci, 2013).

Foi explorada a participação na cadeia de valor pela qual os produtores nos SAA poderão optar para conseguirem ombrear com os seus concorrentes, aumentando a autonomia e a diversidade da oferta, para que consigam rendimentos suficientes para os seus projetos serem viáveis economicamente.

### **3.2.4 Benefícios e desafios dos SAA para a sustentabilidade**

Os SAA prometem vários benefícios para os sistemas alimentares, tornando-os mais sustentáveis. As relações diretas, ou com apenas um intermediário, entre produtores e consumidores; a distribuição local ou de proximidade; e alimentos de qualidade produzidos com novos métodos, prometem a transição dos sistemas alimentares para a sustentabilidade.

Na seguinte tabela, pretende-se sintetizar os contributos, já mencionados, sobre o potencial dos SAA para a sustentabilidade na sua multidimensionalidade, de acordo com diversos estudos.

Tabela 3.2 – Contributos dos SAA para a sustentabilidade (elaboração própria)

<b>Dimensão</b>	<b>Descrição</b>
<b>Económica</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento dos rendimentos do produtor através de um maior poder sobre os preços e viabilidade económica (Malak-Rawlikowska, et al., 2019);</li> <li>• Fortalecimento da economia local (Schönhart, Penker, &amp; Schmid, 2009);</li> <li>• Oportunidade de desenvolvimento rural (Maye &amp; Kirwan, 2010; Renting, Marsden, &amp; Banks, 2003; Schönhart, Penker, &amp; Schmid, 2009);</li> <li>• Benefícios económicos para os consumidores (Feenstra, 1997).</li> </ul>
<b>Social</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Coesão social e justiça social (Forssell &amp; Lankoski, 2015; Goodman, DuPuis, &amp; Goodman, 2012; Kirwan, 2006);</li> <li>• Enriquecimento das relações entre os membros da comunidade (Feagan, 2007; Feenstra, 1997);</li> <li>• Contribuições para a SA (Dixon &amp; Richards, 2016; Schönhart, Penker, &amp; Schmid, 2009);</li> <li>• Combate ao desperdício alimentar (Ribeiro, Rok, Harmsen, Carreón, &amp; Worrell, 2019);</li> <li>• Oportunidade de criação de postos de trabalho (Forssell &amp; Lankoski, 2015; Goodman, DuPuis, &amp; Goodman, 2012).</li> </ul>
<b>Ambiental</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Diminuição do consumo de combustíveis fósseis na produção e no transporte (Jarosz, 2008; Schönhart, Penker, &amp; Schmid, 2009);</li> <li>• Redução do uso de plásticos no embalamento dos produtos (Barbera &amp; Dagnes, 2016);</li> <li>• Mitigação da utilização de químicos e fertilizantes, sendo a produção biológica (Forssell &amp; Lankoski, 2015; Schönhart, Penker, &amp; Schmid, 2009);</li> <li>• Maior diversidade de culturas e promoção de maior biodiversidade (Lamine, Garçon, &amp; Brunori, 2019).</li> </ul>

Apesar de ser mencionado na teoria como um fenómeno que contribui para a sustentabilidade dos sistemas alimentares, tem sido alvo de várias desconfianças.

Economicamente, quanto à viabilidade dos produtores em contexto dos SAA, por exemplo, James (2016) refere que as evidências empíricas referentes aos resultados económicos dos agricultores são escassas e limitadas, acrescentando que o impacto positivo socioeconómico e ambiental, oriundo dos SAA, ainda não é exato. Menciona também que a localização pode ser fundamental para o sucesso. Outra das críticas são os custos implícitos que os produtores têm. É importante contabilizar o tempo investido por parte dos agricultores para realizarem as suas vendas, mesmo sendo uma venda direta; ou através de grupos de consumidores ou o esquema de cabazes, que exige sempre a disponibilidade do produtor, tanto para a venda direta nos mercados, por exemplo, como para a organização desses grupos e os custos com as entregas. Este tipo de gastos deve ser considerado para perceber a sustentabilidade do negócio (Barbera, et al., 2014). Agricultores que participam em sistemas alternativos, por vezes, não conseguem garantir rendimentos suficientes para obter a viabilidade económica, precisando recorrer a subsídios ou qualquer outro tipo de apoio para conseguirem garantir a continuidade dos seus negócios (Tregear, 2011). Também existem estudos que mostram que os resultados socioeconómicos não são necessariamente positivos para a economia local, ou que o facto de ser local, por si só, não significa que será ecologicamente sustentável, referindo-se à forma de produção (Forssell & Lankoski, 2015).

A dimensão social também tem sido alvo de julgamentos, quando os SAA mostram condições laborais inadequadas para os trabalhadores, bem como salários baixos (Allen, FitzSimmons, Goodman, & Warner, 2003; Goodman, DuPuis, & Goodman, 2012) e o excesso de horas de trabalho (Bruce & Castellano, 2017). Poderão perpetuar relações sociais injustas, em vez de combatê-las (Jarosz, 2008; Tregear, 2011) , enquanto os consumidores são considerados de uma classe social alta e não os marginalizados dos sistemas alimentares industriais (Jarosz, 2008).

A nível ambiental, um estudo feito em Portugal e Itália mostrou que, com a acelerada subida repentina da procura, o interesse na produção biológica por parte das grandes empresas do agronegócio – com o objetivo de captar um nicho de mercado para obtenção de lucros - está a provocar uma convencionalização na agricultura biológica, através da plantação em regime de monoculturas, da produção em larga escala e do aumento da mecanização (Dinis, Ortolani, Bocci, & Brites, 2015).



### **3.3 Contexto europeu e português**

#### **3.3.1 Enquadramento político e dos sistemas alimentares na UE**

Para uma transição sustentável dos sistemas alimentares e para perceber a viabilidade económica dos agricultores, é fundamental perceber o contexto e as políticas existentes onde estão inseridos. Na UE, a PAC desempenha um papel essencial para os agricultores desde a sua criação, em 1962 (Salavisa & Ferreira, 2018).

A PAC tem desenvolvido reformas e a preocupação com a sustentabilidade tem aumentado ao longo dos tempos. A reforma da “Agenda 2000” foi um espelho disso mesmo com a introdução do pilar 2 para o desenvolvimento rural, juntando-se ao existente pilar 1, que consiste no pagamento direto aos agricultores, acrescentando políticas verdes. Atualmente, com a reestruturação que foi feita para o período de 2014-2020, a PAC definiu como principais desafios o combate às alterações climáticas, desenvolvimento rural e a SA. É uma política que tem um conjunto de medidas de apoio aos agricultores, promovendo melhorias nos seus rendimentos, aumentando a competitividade das suas explorações agrícolas e impulsionando posições na cadeia de valor mais vantajosas. Também integra um conjunto de medidas para práticas de produção mais sustentáveis do ponto de vista ambiental, um apoio especial aos agricultores de pequena escala e a promoção de mercados locais com o objetivo de desenvolvimento dos meios rurais. Neste contexto, surgiu um regulamento europeu (Nº 1305/2013, de 17 de dezembro de 2013), que menciona políticas no sentido de promover CCA e SAL, com o desenvolvimento de mercados locais (Salavisa & Ferreira, 2018). Assim, a PAC procura não só promover uma agricultura sustentável, de combate à crise climática, como um apoio à viabilidade dos agricultores e a sua relação direta ou local com o consumidor (Salavisa & Ferreira, 2018; SAM, 2020).

Contudo, esta política continua com muitos desafios pela frente e tem suscitado várias críticas ao longo dos anos. Apesar desta política ser uma aposta forte da UE<sup>14</sup>, continua a contribuir para a perda da biodiversidade em larga escala, alterações climáticas, erosão e degradação dos solos, e os problemas sociais e económicos perpetuam-se (Pe'er, et al., 2019).

---

<sup>14</sup> Por exemplo, no ano de 2019, o orçamento foi de 58,4 mil milhões de euros, representou 36% do total do orçamento da UE dividido pelos dois pilares (Parliament, 2018).

Um dos problemas referentes aos pagamentos diretos ao agricultor é o subsídio ser medido por hectare e por rendimentos mais altos, e isto contribui para as desigualdades entre agricultores, e com consequências como falências de negócios que provocam o abandono de terras e o aumento da média dos hectares por exploração agrícola (Food, 2019; Pe'er, et al., 2019). O desaparecimento de um em cada quatro agricultores, entre 2003 e 2013, é um exemplo deste facto, ou, dados mais recentes indicam que 2,3 milhões de agricultores abandonaram o setor, entre 2008 a 2018, na UE (Commission, 2019a; Food, 2019).

A estratégia de exportação da UE como prioritária, baseada na ideia de “solidariedade” com os outros países, deu primazia a economias de escala, através da especialização e aposta em tecnologias para o aumento da produtividade. Atores poderosos das indústrias do agronegócio e agroalimentar estão a conseguir fragmentar a governança do sistema alimentar ganhando poder sobre as políticas da UE. Em 2016, 52% das explorações agrícolas da UE estavam na posse de 3% de empresas agrícolas, enquanto em 2017, 20% das explorações receberam 80% dos pagamentos dos subsídios no âmbito da PAC. Em 2011, em 13 estados-membros da EU, os cinco maiores retalhistas alimentares tinham mais de 60% da quota de mercado combinada (Food, 2016, 2019).

A PAC, como política para tornar os sistemas alimentares mais sustentáveis, poderá ser impotente, dado que grande parte dos alimentos são importados e a sustentabilidade dos sistemas alimentares terá de ser dimensionada além fronteiras. Com os diversos acordos comerciais que a UE tem celebrado, fica mais difícil garantir a sustentabilidade dos sistemas, o que poderá estar a contribuir para uma agricultura destrutiva. Por isso, poderá ser essencial existir uma interligação entre políticas de várias áreas, como políticas comerciais, de concorrência e até mesmo humanitárias (Commission, 2019a; SAPEA, 2020).

Vários relatórios identificam pontos sobre esta política que, embora bem intencionada, continua a ter lacunas para uma transição sustentável dos sistemas alimentares (Commission, 2019a; Food, 2019; Pe'er, et al., 2019; SAM, 2020; SAPEA, 2020).

A PAC pós-2020 promete mais apoios para os CCA e o reforço de apoio aos agricultores de pequena escala. Para além disto, a Comissão Europeia apresentou a agenda europeia para o crescimento – *European Green Deal* – que tem como uma das estratégias principais a “*farm to fork*”, que visa transformar os sistemas alimentares mais justos, mais saudáveis, sustentáveis e resilientes (Matthews, 2018; SAPEA, 2020).

### **3.3.2 Enquadramento político e dos sistemas alimentares em Portugal**

Novas experiências são menos frequentes em Portugal comparativamente com outros países desenvolvidos. Prova disso é o surgimento das grandes superfícies de distribuição no setor alimentar datar apenas dos anos 1980 (Salavisa & Ferreira, 2018). A estrutura do setor alimentar era caracterizada, até então, por formas tradicionais de produção e distribuição, com uma representação de 70% do volume do total das vendas realizadas, em 1988. Esta modernização do sistema alimentar provocou alterações profundas na estrutura nos anos seguintes até ao presente, com o domínio do mercado a ser imposto pelas grandes superfícies. Desde 1986, com a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia, a abertura ao mercado externo aumentou, intensificando os fluxos comerciais com o mercado comum, intensificando as importações. As cadeias internacionais de distribuição alimentar foram-se espalhando pelo país agravando esta tendência (Noronha, 2016).

Assim, a par com outros países europeus, a organização dos sistemas alimentares enfrenta poderes díspares. As normas e legislação, de natureza fiscal e sanidade, contribuíram para que o pequeno número de grandes distribuidores conseguisse concentrar em si  $\frac{3}{4}$  das vendas dos produtos agroalimentares no mercado nacional. Este poder desigual teve consequências para muitos pequenos produtores, que se viram obrigados a abandonar os seus negócios e terras, contribuindo para o êxodo rural (Baptista, et al., 2013). As mudanças nos padrões de consumo dos portugueses e as exigências impostas pelas grandes superfícies colocaram desafios difíceis aos produtores nacionais, que não conseguiram adaptar-se a esta nova realidade com a devida velocidade. As grandes marcas internacionais, em detrimento das empresas portuguesas, foram capturando quotas de mercado e fortalecendo a sua posição. O aparecimento das marcas próprias de distribuidoras, através de uma promoção intensa dos seus produtos, intensificando a concorrência aos produtores com vista a baixar preços para o consumidor final, acrescenta dificuldades à viabilidade dos produtores (Noronha, 2016).

Em suma, a liberalização do comércio internacional também contribui para esta marginalização dos produtores nacionais, através da entrada de produtos no mercado nacional a preços muito competitivos. As empresas portuguesas não conseguiriam competir com os preços de produção baixos das empresas internacionais, contribuindo para o enfraquecimento do tecido empresarial agrícola nacional. Portugal, principalmente nos produtos hortícolas frescos e processados, tornou-se num país muito dependente do mercado externo, ou seja, importador (Noronha, 2016).

A PAC, em Portugal e nos restantes países da UE, tem sido uma política forte quanto a reformas estruturais na agricultura e no sistema alimentar do país. Nos últimos anos, o

reconhecimento da importância dos pequenos produtores a nível económico, social e ambiental tem sido uma constante. Existem, no entanto, paradoxos por resolver. Os principais apoios continuam a promover a competitividade dos agricultores conforme a dimensão e a escala, conduzindo a desigualdades entre produtores (Baptista, et al., 2013). As mudanças climáticas (secas, catástrofes naturais, escassez de água) que se avizinham pedem uma urgência de reformas nos sistemas de produção e provisão, sendo o retorno aos armazenamentos locais possíveis instrumentos para solucionar possíveis problemas imprevistos com o mercado da oferta (Noronha, 2016).

Os decisores políticos precisam de estar cientes da necessidade de sustentar o mundo rural, de forma a reduzir a concentração existente na produção agrícola (Noronha, 2016). Para um país com uma economia de cuidado, Reis (2020) sugere a realocação dos sistemas de produção e provisão de forma a atingir uma economia que cuida do bem-estar dos cidadãos através da sua proximidade. Indica a agricultura como um setor essencial para esse bem-estar, algo que se poderia nomear de regionalização ou municipalização.

### **3.3.3 Potencial desenvolvimento para os SAA em Portugal**

A alteração dos padrões de consumo tem sido uma constante e pressiona as instituições públicas e os produtores para uma adaptação das suas estratégias e ofertas. A título de exemplo, para definir estratégias que visam oferecer um leque de alternativas aos produtores, o Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento Território criou um grupo de trabalho que elaborou o relatório da “Estratégia para a valorização da produção agrícola local” (Despacho n.º 4680/2012, de 3 de Abril, publicado no DR, n.º 67, 2ª Série), no qual definiu os conceitos de SAL e CCA (Tibério, Baptista, & Cristóvão, 2013).

Em Portugal, a agricultura biológica, a par com os restantes países da UE, tem apresentado uma evolução crescente ao longo dos últimos anos, como comprova a recente “Estratégia Nacional Para a Agricultura Biológica”, promovida pela Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR). Na figura 3.4, está ilustrada a evolução do número de hectares dedicados à agricultura biológica, nos últimos anos, em Portugal Continental.

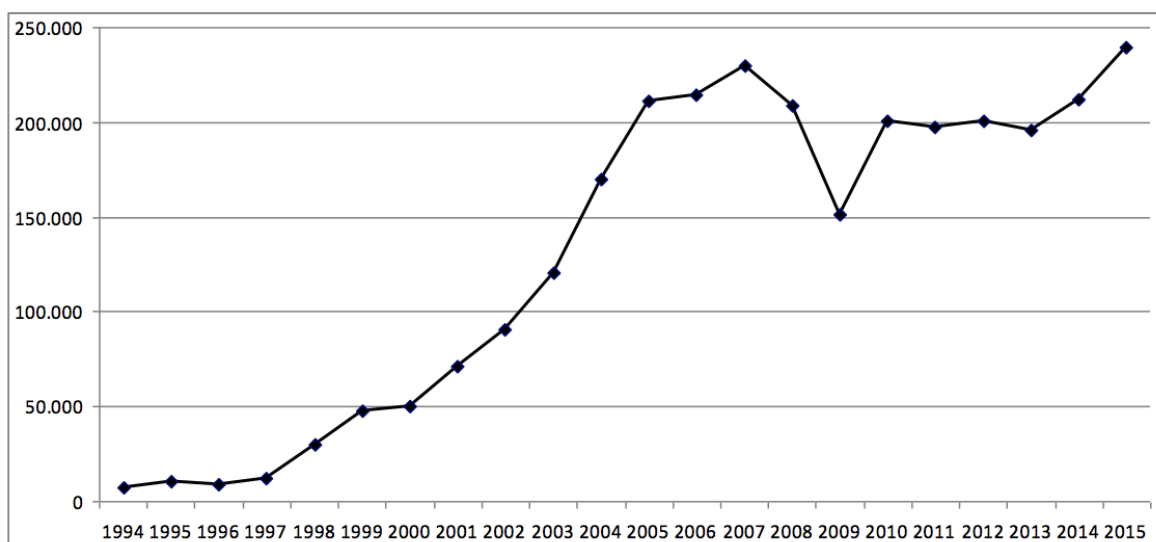


Figura 3.4 – Evolução da superfície em agricultura biológica, por hectares, em Portugal Continental, de 1994 a 2015 (DGADR, 2019)

A procura por alimentos biológicos também teve um aumento significativo, como comprova o número de importações que foram feitas: segundo o DGADR (2019), entre 2014 até setembro de 2016, as importações de produtos alimentares biológicos tiveram um acréscimo de 732%. Os produtos que mais foram importados pertencem às categorias de “frutos e hortícolas” e “cereais e leguminosas” – estes conjuntamente representam 92% dos produtos importados. Ainda assim, apesar do investimento avolumado que tem sido feito por parte da UE e do Estado português, em 2017, a percentagem do valor da superfície utilizada para a agricultura biológica é de apenas 7%, a par com a média da UE, sendo que mais de metade deste valor refere-se a pastagens. Sendo os produtos hortícolas biológicos tão procurados pelos consumidores, apenas representam 1,2% da superfície utilizada para produção (APA, 2019; DGADR, 2019). Segundo Noronha (2016), nos subsetores dos produtos hortícolas frescos e processados, Portugal tornou-se um país importador.

Portugal tem metas ambiciosas para aumentar a produção de alimentos biológicos, também para a promoção de venda direta e mercados locais, o que poderão ser medidas benéficas para a viabilidade dos agricultores estudados nesta dissertação.

## **4. Metodologia**

### **4.1 Introdução**

Este capítulo serve para explicar e argumentar as preferências metodológicas seguidas neste estudo, que está estruturado em cinco subcapítulos. Numa primeira fase, mostraram-se os objetivos deste estudo e as perguntas de investigação que se pretendem responder; e, posteriormente, procurou-se explicar a estratégia de pesquisa selecionada para esta dissertação. Segue-se um enquadramento teórico da abordagem do estudo de caso; uma caracterização da amostra dos casos de estudo; e, por último, mostraram-se os métodos de recolha de informação escolhidos para esta investigação.

### **4.2 Objetivos e perguntas de investigação**

Com base no estado de arte desenvolvido anteriormente, esta dissertação tem como objetivo principal perceber o contexto atual dos SAA. Pretendeu entender, do ponto de vista organizacional, a aplicabilidade do conceito no mercado português, conhecer a viabilidade económica destes projetos, identificar os benefícios e os riscos para as organizações e os possíveis contributos para a sustentabilidade dos sistemas alimentares no futuro. Com este propósito, definiu-se a questão que esta dissertação quer responder:

1. Como podem os Sistemas Alimentares Alternativos contribuir para a sustentabilidade, garantindo simultaneamente a respetiva viabilidade económica em Portugal?

Para responder à questão da investigação, definiram-se questões complementares que organizam a estrutura desta investigação:

- 1.1 Quais são os modelos de negócio adotados por estas organizações?
- 1.2 Quais as formas de produção utilizadas pelos agricultores?
- 1.3 Quais as vantagens e/ou desvantagens que os SAA podem oferecer aos produtores?
- 1.4 Quais os principais desafios para a implementação destes projetos?
- 1.5 Podem este tipo de redes alternativas contribuir para uma transição sustentável dos sistemas alimentares?

### **4.3 Estudo da Metodologia**

Existem cinco diferentes estratégias de pesquisa qualitativa que podem ser usadas: história, estudo de caso, análise de arquivo, inquérito e experimentação. O método de pesquisa a adotar

pode ser definido através de três condições: que tipo de pergunta será; o controlo que o investigador tem sobre os eventos; e se o tema se foca no contemporâneo, ou seja, se é um evento atual (Yin, 2009). Na tabela 4.1, está retratada a análise destas condições nas diversas estratégias a seguir.

Tabela 4.1 – Pressupostos pertinentes para os diferentes modelos de pesquisa qualitativa (Yin, 2009)

<b>Estratégia</b>	<b>Tipo de questão de pesquisa</b>	<b>Controlo eventos comportamentais</b>	<b>Foco no contemporâneo</b>
<b>História</b>	Como, porquê	Não	Não
<b>Estudo de caso</b>	Como, porquê	Não	Sim
<b>Análise de arquivo</b>	Quem, o quê, onde, quantos, quanto	Não	Sim/não
<b>Inquérito</b>	Quem, o quê, onde, quantos, quanto	Não	Sim
<b>Experimentação</b>	Como, porquê	Sim	Sim

Posto isto, verificou-se o enquadramento do presente estudo através da análise de estudo de caso; a questão-chave definida é do tipo “como”, o que, segundo a tabela anterior, se enquadra corretamente; não há o controlo sobre os eventos; e, por último, o estudo foca-se na atualidade. Esta metodologia tem a vantagem da fácil aplicabilidade a circunstâncias contemporâneas da vida real (Dooley, 2002).

O estudo de caso contribui para o conhecimento individual, organizacional, social e fenómeno político. Assim, esta metodologia é utilizada frequentemente em áreas como a psicologia, sociologia, ciência política, gestão de negócios, trabalho social e planeamento. Verifica-se, também, a utilização de estudos de caso na área de economia (Yin, 2009). Os estudos de casos são importantes quando a sua intenção passa por estudar casos alternativos ou extremos para melhor compreensão dos processos normais. Esta estratégia de investigação também se torna fundamental em pesquisas comparativas que procuram compreender comportamentos e criações das pessoas em locais ou organizações distintas (Woodside, 2010).

Esta dissertação concentrou-se na sustentabilidade de organizações portuguesas nos SAA, visando compreender os comportamentos e estratégias utilizadas de acordo com o meio envolvente em que se inserem. Foi importante perceber as características que podem levar outras organizações a optarem por este tipo de iniciativa.

#### 4.4 Abordagem por estudo de caso

Como ponto de partida, para além das questões de investigação, é fundamental, para o sucesso de um estudo de caso, estar identificado previamente um fenómeno, como refere Yin (2005). O autor afirma que “um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenómeno contemporâneo dentro do seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenómeno e o contexto não estão claramente definidos” (p.32).

Nesta dissertação, pretendeu-se entender aprofundadamente o fenómeno dos SAA nos diferentes contextos, aliando a teoria à prática, com o estudo no terreno de organizações que vivem a realidade no seu quotidiano. Como reforça Tregear (2011), o estudo de caso é importante para explicar e explorar processos, interações e dinâmicas na evolução do sistema. Assim, é especialmente apropriado para os SAA.

Segundo Yin (1993), existem diferentes tipologias de estudo de caso, de acordo com a seguinte tabela:

Tabela 4.2 – Tipos de estudos de caso (traduzido e adaptado de Yin, 1993)

	<b>Únicos</b>	<b>Múltiplos</b>
<b>Exploratório</b>	Exploratórios únicos	Exploratórios Múltiplos
<b>Descritivo</b>	Descritivos únicos	Descritivos Múltiplos
<b>Explicativo</b>	Explicativos únicos	Explicativos Múltiplos

Os estudos exploratórios têm como objetivo definir questões ou hipóteses de futuras investigações, procurando descobrir ou contruir novas teorias e explicando problemas, de forma mais consistente, que não sejam tão claros ou que poderiam não ser aceites, apesar de serem evidentes. A pesquisa descritiva procura caracterizar as várias dimensões e perspetivas de um determinado fenómeno (Zikmund, 2013).

A investigação em curso identifica-se com a pesquisa descritiva e exploratória – descritiva no sentido de descrição do fenómeno dos SAA e exploratória para explorar as várias organizações nos diversos contextos em que se inserem, os seus modelos de negócio, formas de produção, os desafios que podem colocar em causa a sua sustentabilidade, a viabilidade dos seus negócios e as barreiras que têm de ultrapassar para implementar este tipo de projetos. Observaram-se, investigaram-se e descreveram-se os diferentes processos que levaram estas organizações a optar por esta via. Em relação à quantidade de casos a estudar, é possível realizar



um estudo de caso único ou de múltiplos casos. Esta escolha depende do objetivo principal do investigador, assim como a natureza dos sujeitos envolvidos (Yin, 2009). No estudo de caso singular, a pesquisa é centrada em apenas um problema e, de seguida, escolhe um caso limitado para esclarecer esta questão. Esta via possibilita o aperfeiçoamento de uma teoria existente numa nova realidade ou entender melhor uma circunstância (Stake, 2006). De acordo com Eisenhardt e Graebner (2007), o estudo de caso único deve ser elaborado através de uma única experiência e reforça a utilidade quando aplicado a uma teoria existente, quando se está perante um evento único ou raro, ou existe o propósito de revelar algo. Ainda assim, os mesmos autores alertam para um risco associado a este tipo de estudo – o facto de haver uma aposta total em apenas um caso poderá ser uma limitação e debilidade do estudo de caso único. Reforça ainda que os estudos de casos múltiplos poderão ser mais ricos pela diversidade, o que permitirá uma maior confiança e credibilidade nos resultados obtidos. Num estudo de casos múltiplos, são escolhidas várias perspetivas para elucidar um problema, o que permitirá ter uma maior diversidade através dos diferentes casos estudados (Stake, 2006). Para Yin (2009), a opção tomada pelo investigador por este tipo de estudo deve-se a dois fatores fundamentais: a expectativa de ter resultados semelhantes ou resultados diversos.

Na presente dissertação, optou-se pela escolha de estudo de casos múltiplos, pois a diversidade das várias testemunhas de cada organização permite-nos ter uma visão multidimensional sobre o fenómeno estudado em diferentes contextos. A escolha de várias organizações é um investimento de tempo e recursos avolumados, mas enriquecerá o conhecimento sobre os SAA, em Portugal.

De seguida, existiu a necessidade de determinar quantos casos iriam ser estudados. Segundo Yin (2009), não existe uma regra em relação ao número de casos a escolher. No entanto, o mesmo autor refere que dois a três casos é útil para quando se pretende replicar resultados, ou seja, que os resultados obtidos sejam semelhantes e que sejam escolhidos quatro a seis quando os resultados esperados são contrastantes. Ainda refere que a escolha de seis a dez casos é utilizada quando se pretende provar proposições ou ideias iniciais.

Nesta investigação, escolheram-se três casos para investigar, esperando-se que, em contextos diferentes e em circunstâncias diversas, os resultados obtidos serão semelhantes, o que permitirá seguramente reforçar prováveis generalizações e fazer uma replicação dos resultados (Eisenhardt, 1989). Segundo o mesmo autor, não existe um número perfeito de casos a estudar.

## 4.5 Seleção dos casos de estudo

Estudos anteriores dos SAA têm apontado críticas a estudo de casos singulares, muitos focando-se apenas numa das dimensões da sustentabilidade (Galli & Brunori, 2013; Kneafsey, et al., 2013). Esta investigação teve uma abordagem multidimensional do conceito de sustentabilidade (económica, social e ambiental), com o objetivo de obter uma maior perceção do fenómeno. Num estudo exploratório, a pesquisa prévia é importante para obter informação na seleção dos casos (Gomm, Hammersley, & Foster, 2000). Desta forma, para obter uma maior diversidade dos casos estudados foi feita uma pesquisa preliminar através dos *websites*, redes sociais e contactos com pessoas com conhecimento na área. Foi feita uma seleção dos casos, seguindo certas considerações:

- Perfil dos proprietários e histórias das organizações, motivações que levaram a começar estes projetos, acesso à terra;
- Localização das organizações a serem estudadas por dois pontos: (1) proximidade para maior acessibilidade, limitando-se às regiões do Ribatejo, Oeste e Área Metropolitana de Lisboa; (2) empresas inseridas em contextos económicos e sociais distintos;
- Diferentes modelos de negócios utilizados dos SAA, venda direta ao consumidor e venda com um intermediário, dentro de uma área regional/local;
- Modos de produção sustentáveis, certificados biologicamente, respeitando a sazonalidade dos alimentos, sendo uma agricultura de pequena escala ou à escala humana e com baixa utilização de maquinaria na produção;
- Diferentes dimensões das empresas estudadas e que pudessem corresponder aos objetivos propostos e questões de investigação desta dissertação.

Assim, como refere Yin (2009), a heterogeneidade é importante na seleção dos casos a estudar para fortalecer os resultados. A tabela 4.3 apresenta uma breve caracterização da amostra:

Tabela 4.3 – Caracterização da amostra

<b>Empresa</b>	<b>Localização</b>	<b>Início de atividade</b>	<b>Categoria de empresa<sup>15</sup></b>
<b>Chão Rico</b>	Sintra	2017	Micro
<b>Quinta da Alfazema</b>	Santarém	2011	Micro
<b>Quinta do Arneiro</b>	Mafra	2009	Pequena

Todas as empresas têm em comum uma visão de sustentabilidade, mas todas elas têm contextos, recursos, dimensões e performances diferentes, ainda que existam pontos em comum.

## **4.6 Recolha de dados**

A investigação desta dissertação realizou-se através da investigação qualitativa. Para conseguir aferir a sustentabilidade das empresas estudadas, houve a necessidade de analisar alguns documentos económicos ou financeiros referentes ao ano anterior de 2019. Por outro lado, qualitativamente, pretendeu-se perceber as diferentes perspetivas sobre o fenómeno. Esta decisão surge através desta investigação relacionar variáveis qualitativas e quantitativas, complementando-se entre elas. Estes dados em conjunto permitirão uma análise mais sólida, de forma a complementar os resultados, o que possibilitará uma maior precisão do estudo (Eisenhardt, 1989).

### **4.6.1 Entrevista**

Para analisar a informação mais detalhadamente, foi necessário a cooperação por parte das empresas para facilitar o seu estudo. Nesse sentido, complementou-se a investigação com uma entrevista semiestruturada aos proprietários de cada empresa, com o objetivo de recolher informação pertinente e proporcionando uma maior plausibilidade a esta investigação. Como Yin (2005) refere, uma das fontes mais importantes e fundamentais no estudo de caso são as entrevistas.

A entrevista tem de ser feita com o maior cuidado e com o melhor conhecimento sobre os conceitos específicos falados, para que as respostas não sejam imprecisas e vagas pelo

---

<sup>15</sup> Categoria da empresa segundo a consulta no Decreto-Lei N°372/2007 pelo Ministério da Economia e da Inovação (Inovação, 2007).

entrevistado. A utilização das palavras nas perguntas é vital, para evitar serem mal compreendidas e, com isso, obter respostas destorcidas ou pouco esclarecedoras (Foddy, 1993). Como Stake (1999) reforça, a entrevista é uma ferramenta excelente à disposição do investigador para conseguir obter múltiplas perspetivas. As entrevistas semiestruturadas têm sido alvo de muita utilização pelos académicos, bem como alvo de bastante interesse. Esse interesse deve-se, em particular, ao facto dos entrevistados, numa entrevista aberta, estarem mais disponíveis para dizer informações relevantes do que numa entrevista de cariz mais fechado, ou seja, mais estruturada ou num questionário (Flick, 2004). Assim, realizou-se um guião para as entrevistas com algumas questões importantes a serem respondidas, no entanto, a sua sequência e outras novas perguntas surgiram, dependendo do decorrer da entrevista. Segundo Flick (2004), as entrevistas semiestruturadas têm algumas vantagens face às estruturadas, referindo que as primeiras, como não têm necessariamente de seguir uma ordem definida *a priori*, oferecem maior flexibilidade para questionar quando for mais oportuno, considerando as respostas do entrevistado. Já a estruturada, impõe uma ordem e os assuntos a serem tratados, o que poderá ser uma condicionante da análise. Assim, decidiu-se realizar entrevistas semiestruturadas para obter a informação desejada e necessária para responder às questões e aos objetivos propostos desta dissertação. Na seguinte tabela, encontram-se as entrevistas que foram realizadas para a recolha de dados.

Tabela 4.4 – Lista dos entrevistados para a recolha de dados e as abreviaturas para citações diretas no texto

<b>Nº Entrevista</b>	<b>Nome</b>	<b>Abreviatura*</b>	<b>Empresa</b>	<b>Função</b>	<b>Local Entrevista</b>	<b>Duração Entrevista</b>
#1	André Antunes	AA	Chão Rico	Proprietário	Colares, Sintra	1h
#2	Joana Santos	JS	Quinta da Alfazema	Sócia	<i>Online</i>	1h:20m
#3	Luísa Almeida	LA	Quinta do Arneiro	Proprietária	Azueira, Mafra	1h:05m

#### **4.6.2 Outras fontes primárias**

De forma a validar a informação recebida através das entrevistas com os proprietários das quintas, foi feita uma análise documental a notícias, páginas das redes sociais e *websites* das quintas.

As fontes primárias, como relatórios, documentos oficiais ou notícias, são fundamentais para uma melhor análise de cada empresa (Silverman, 1993). Na análise de estudo de caso, estes documentos são essenciais; neste seguimento, pretendeu-se cruzar informação obtida através dos documentos vistos com as entrevistas para uma validação mais acertada.

#### **4.7 Análise de dados**

Para categorizar a análise dos dados recolhidos, as entrevistas foram divididas em sete grupos, como é observável nos anexos A, B e C:

- 1) Introdução de perfil do entrevistado;
- 2) História e caracterização da organização;
- 3) Sustentabilidade económica;
- 4) Sustentabilidade ambiental;
- 5) Sustentabilidade social;
- 6) Perceção da evolução da agricultura e dos sistemas alimentares em Portugal;
- 7) Perspetivas sobre a evolução do negócio de cada caso.

As entrevistas foram gravadas e transcritas. Cada entrevista foi avaliada e analisada individualmente. Posteriormente, na apresentação dos resultados, foi feita uma breve descrição de cada caso estudado e os contextos onde estão inseridos (Creswell & Poth, 2016). De seguida, para desenvolver uma análise conjunta dos três casos, foi feita uma discussão dos resultados, considerando benefícios e obstáculos económicos, sociais e ambientais. Os resultados foram comparados e interligados com a literatura, de forma a identificar pontos em conformidade e desenvolver generalidades que possam ser aplicáveis em projetos idênticos (Yin, 2009). Foram avaliados os contributos segundo os três pilares de sustentabilidade, definido pelo relatório de Brundtland (Brundtland, Khalid, Agnelli, Al-Athel, & Chidzero, 1987).

## **5. Resultados**

### **5.1 Breves descrições dos casos estudados**

#### **5.1.1 Chão Rico**

O Chão Rico é uma organização com fins lucrativos, em nome individual, com certificação biológica, que se localiza em Sintra, no distrito de Lisboa. O projeto iniciou-se em 2017 e, atualmente, está no quarto ano. Inicialmente, este projeto teve dois sócios, o AA e o Sebastian, que já não está envolvido. O AA tem 40 anos, é veterinário, tendo exercido esta profissão vários anos em Portugal e em Inglaterra. A vontade de fazer algo com mais impacto para o ambiente, ter um negócio próprio, fê-lo abandonar a profissão e ingressar em vários projetos de voluntariado no ramo da agricultura. Estas várias experiências em quintas fizeram-no ganhar gosto e desenvolver conhecimentos na área, tendo dado início ao Chão Rico, projeto que o próprio nomeia como *“horticultura de pequena escala com perspetiva de mercado, de ser rentável e lucrativa”* (Entrevista #1).

O acesso à terra foi feito através de uma parceria com uma albergaria de Colares, em Sintra, que cedeu o espaço, tendo o Chão Rico usufruto em troca de uma boa manutenção e cuidado, visualmente bonito e fornecimento de quantidades muito reduzidas de hortícolas para os pequenos almoços que servem. A área é de apenas 2000 metros quadrados e é exclusivamente utilizada para a produção de hortícolas biológicas. O sistema de produção utilizado é o bio intensivo, com uma abordagem de mercado, *“Market gardening”* (Entrevista #1), foi a expressão que o próprio entrevistado utilizou, referindo que não existe tradução para o português.

#### **5.1.2 Quinta da Alfazema**

A Quinta da Alfazema situa-se no interior de Portugal, na região do Ribatejo, no concelho de Santarém. É uma organização com fins lucrativos e, a nível jurídico, é uma empresa em nome individual. Este negócio é de um casal, a JS de 42 anos, com estudos superiores e profissional na área do jornalismo, e do seu sócio e marido, Osvaldo Pereira de 45 anos, arquiteto de profissão. Este projeto inicia-se em 2011 através da compra de um espaço agrícola, com o qual se pretendia iniciar uma pequena produção apenas para consumo próprio. A motivação surge do cansaço do quotidiano citadino em Lisboa, aliado ao desejo de mudar de vida. No ano de 2013, começaram a atividade de apicultura e, ao fim de dois anos de investimento e de

faturação, perceberam que, no imediato, esta área de atividade não estava a ser viável. Então, como já estavam a adquirir conhecimento técnico no cultivo de hortícolas para consumo próprio, decidiram, em 2016, iniciar a horticultura como algo mais imediato. Desde esse ano que a principal atividade é a horticultura, a que mais têm investido tempo e recursos, e a produção proveniente das abelhas é muito residual, apenas para incorporar nos cabazes que vendem.

A quinta dispõe de 2,9 hectares e desde sempre teve a certificação biológica dos seus produtos. Como a JS indica, *“Biológico foi desde o primeiro ano, não tínhamos ainda nada e chamamos a certificadora, porque tínhamos a certeza, desde o princípio, que o que fosse o que fizéssemos seria biológico”* (Entrevista #2). Os sistemas de produção utilizados são variados, sendo que *“a agroecologia sempre esteve presente, obviamente”* (Entrevista #2). Para a horticultura, a área destinada é de 1 hectare, a forma de cultivo para estes produtos é maioritariamente segundo o conceito *market gardening*. Nos restantes hectares, têm a casa de habitação, algumas árvores e oliveiras que o espaço já tinha. Nos últimos dois anos e meio, a quinta começou a investir em sistemas de agrofloresta de sucessão ecológica, que, numa fase imediata, será também para a produção de vegetais, e, numa perspetiva de médio e longo prazo, para a melhoria das condições ecológicas do espaço, produção de madeira e frutos.

### **5.1.3 Quinta do Arneiro**

A Quinta do Arneiro localiza-se em Mafra, no distrito de Lisboa. É uma empresa familiar com fins lucrativos. A organização já tem uma vasta história no ramo agrícola, tendo praticado agricultura convencional durante vários anos. No ano de 1967, a quinta foi comprada pelo pai da LA para plantação de pomares de pera rocha. A produção convencional deste fruto durou até ao ano de 2007, ano em que se converteu o primeiro hectare de pomares em produção de hortícolas biológicas. LA, de 58 anos, advogada de profissão, decidiu iniciar este projeto e tornar-se agricultora, herdando a quinta com uma dimensão de 30 hectares. Quando perguntada pela motivação que a levou a mudar de vida, respondeu que *“Para mim, foi a valorização da agricultura, o biológico serviu para valorizar a agricultura”* (Entrevista #3). Acrescentou que o *“esmagamento de margens a que os agricultores são sujeitos, depois a parte ambiental começou a vir com o avançar do projeto e depois entranha-se”* (Entrevista #3).

2009 fica marcado pelo primeiro produto biológico produzido certificado. A partir desse ano, foram convertendo gradualmente hectares de pomares em produção de hortícolas biológicas. Neste momento, o rácio é de 50/50, contudo, segundo LA, 2020 *“foi o último ano.*

*Vamos começar a converter a quinta toda para produção biológica” (Entrevista #3). A abertura do restaurante e de uma pequena fábrica de transformação de produtos são marcos importantes na vida deste projeto. Os produtos que são produzidos na quinta são essencialmente vegetais. Neste momento, estão também a desenvolver experiências em sistemas de agrofloresta, para a produção de frutas no futuro. Este ano começaram a produzir trigo.*

## 5.2 Modelos de negócio

É fundamental perceber os modelos de negócio adotados por estas organizações para garantir a continuação dos seus projetos e contribuir para a sustentabilidade. Das três organizações entrevistadas, foi possível verificar que todas têm formas de comercialização dos seus produtos de forma direta com o consumidor, ou através de apenas um intermediário. Na tabela 5.1, apresentam-se os modos de distribuição utilizados pelas organizações, relacionando com a tabela 3.1 dos CCA segundo (Renting, Marsden, & Banks, 2003).

Tabela 5.1 – Modos de distribuição das organizações estudadas

<b>Organização</b>	<b>Relação direta</b>	<b>Proximidade</b>	<b>Extensão</b>
Chão Rico	Não aplicável	Mercearias locais, supermercados regionais (Cascais e Lisboa) e restaurantes	Certificação biológica
Quinta da Alfazema	Esquema de cabazes, mercado de agricultores (mercado local) e recolha num local	Não aplicável	Certificação biológica
Quinta do Arneiro	Esquema de cabazes, mercados de agricultores (Cascais e Lisboa), restaurante próprio	Não aplicável	Certificação biológica

Inicialmente, a distribuição dos produtos Chão Rico começou por ser através de mercados de agricultores locais e a particulares através do esquema de cabazes, mas cedo perceberam que este modelo de negócio não estava a funcionar. Era investido muito tempo e as vendas



provenientes destes canais não estavam a ser rentáveis para o negócio. A experiência nos mercados de agricultores é descrita da seguinte forma:

*A nível de faturação era uma desgraça, não tinha nenhum tipo de viabilidade e, para mim, destruía os fins-de-semana, porque era sábado, era sexta-feira até às tantas a preparar tudo, e depois sábado sair super cedo de manhã e voltar a meio da tarde... comecei a perceber que isso não era o modelo. (Entrevista #1)*

Relativamente ao esquema de cabazes, explica que a logística de fazer entregas em casa das pessoas não estava a ser compensatório, a logística das entregas requer muito tempo. Por estas razões, mudou para o modo de comercialização de proximidade através dos canais referidos na tabela 5.1. O AA referiu que a localização da sua exploração lhe permite uma maior diversidade para escoar os produtos.

A experiência da Quinta da Alfazema com vendas para lojas de produtos biológicos foi distinta, enunciando “*prazos de pagamento muito longos, os preços são eles que colocam*” (Entrevista #2). A insegurança constante sobre as quantidades que iriam vender, juntando ao poder negocial reduzido e a falta de liquidez, provocaram uma rutura com este modo de escoamento e passaram, desde o ano de 2019, a vender apenas para o consumidor final. O mercado de agricultores local era um dos modelos de distribuição desde 2016, e, para a quinta, sempre foi importante, principalmente, por ser o local onde as pessoas poderiam conhecer os produtos e os agricultores. Desde 2019, adicionaram o esquema de cabazes como forma de distribuição e como refere JS:

*O mercado era o pulo para os cabazes, então também ainda que não fossem lá por um período... se no princípio vendíamos mais no mercado e os cabazes estavam a começar, chegou um momento em que começamos a vender muito mais pelos cabazes, mas sentíamos que o mercado tinha que ser mantido por esse contacto direto. (Entrevista #2)*

Referiu também que, quando começavam a distribuir através do esquema de cabazes para as cidades vizinhas de Santarém, sentiam resistência por parte dos consumidores por não terem um local onde pudessem conhecer, ver os produtos e conversar com os agricultores. Assim, para eles, o mercado foi uma excelente montra para fidelizar os seus clientes para o esquema de cabazes.

A Quinta do Arneiro faz três mercados de agricultores em Lisboa e Cascais, tem quatro pessoas responsáveis para entregar os cabazes em casa dos clientes. Em relação a esta forma de comportamento no mercado, LA refere “*o controlo sobre o nosso negócio e acho que é muito importante, desde o momento em que colocamos a semente na terra até ao produto chegar a porta do cliente, somos nós que controlamos tudo*” (Entrevista #3). Menciona também que esta forma de trabalhar dá muito trabalho.

As três empresas têm dias estipulados para a distribuição dos cabazes, no caso do Chão Rico as encomendas para as lojas. No dia anterior, enviam a lista de produtos que têm disponíveis aos clientes e estes decidem o que vai constar nos seus cabazes. No caso das empresas que optam pelo esquema de cabazes, ambas fazem revenda de produtos, isto é, compram produtos que não têm a outras empresas para diversificar os alimentos que constam nos cabazes. Referem que estas redes informais criadas com outros produtores são essenciais para aumentar a concorrência da oferta dos cabazes. Ambas mencionam que essas empresas que lhes vendem os produtos têm a certificação biológica.

A Quinta do Arneiro utiliza ainda a transformação de alimentos, como compotas, polpas, sumos, sopas, sumos, para valorizar e diversificar a oferta dos cabazes e, também, como estratégia de fidelização de clientes.

O Chão Rico tem como princípio a orientação para o cliente, o objetivo é o cliente nunca perder com os seus produtos, como AA indicou, “*com os nossos produtos o lucro é sempre garantido, porque nunca perdem. O que perdes, dizes e eu passo nota de crédito*” (Entrevista#1). Esta frase é o que explica uma das estratégias de comercialização que utilizam com os clientes. O cliente tem a garantia da empresa de que os produtos que não conseguir vender, pode devolvê-los. AA leva mais quantidades do que o cliente pede e explica que essa estratégia fê-lo perceber quanto é que, em média, cada cliente vende, assim conseguiu chegar ao limite de cada um, maximizando a faturação em cada um deles. Um dos produtos mais rentáveis, mencionado pelo AA, é a salada *baby*. É colhida, lavada e é feita uma mistura de vários vegetais, por último, é embalada em plástico e posta no frio até ao dia seguinte ser distribuída ao cliente. Este processo permite acrescentar valor ao produto que vendem. O Chão Rico trabalha apenas nove meses por ano e, nos meses de inverno, opta por não ter qualquer atividade. Para o AA, não seria rentável trabalhar nesse período.

Nenhuma das empresas tem qualquer contrato ou parceria formal ou algum tipo de fidelização com os seus clientes, isto é, nunca sabem as quantidades de encomendas que vão ter a cada semana, a cada mês. Assim sendo, esta forma de distribuição acarreta riscos ao nível de planeamento e previsão de quantidades vendidas. Quando questionados sobre este ponto, a

resposta foi unânime ao concordarem que existe o risco de, num momento para o outro, os seus clientes deixarem de consumir os seus produtos e terem quedas abruptas na faturação. Ainda assim, todos referem a importância da diversidade de clientes. No caso do Chão Rico, existe uma estratégia de diversificação de clientes, de forma a que nenhum cliente tenha um peso significativo das vendas semanais. Quanto aos outros casos estudados, referem que o esquema de cabazes tem essa vantagem, mesmo com algumas desistências, o peso sobre as vendas é sempre reduzido. Indicaram também que fazem um trabalho constante no sentido de angariação de clientes para colmatar possíveis afastamentos. LA reforçou, ainda, comentando *“Acho que existe mais risco, por exemplo, para os agricultores convencionais que vendem a granel apenas para um cliente e, de repente, se aquele cliente falha, estão feitos”* (Entrevista #3). Finalizou: *“nós vendemos para nichos de mercado, a Quinta do Arneiro não faz nada, não vai atrás daquilo que o consumidor quer, nós fazemos aquilo da maneira como acreditamos e quem acredita como nós vai ser nosso cliente”* (Entrevista #3).

### **5.3 O desafio da viabilidade económica**

Os pontos mais explorados nas entrevistas são a faturação, a independência financeira, a rentabilidade destes negócios.

Quanto à viabilidade económica do projeto, AA foi assertivo ao dizer que é *“um projeto altamente resiliente financeiramente”* (Entrevista #1), que o sistema de produção de pequena escala, com esta abordagem para o mercado pode ser rentável e lucrativo com um investimento inicial baixo que, no seu caso, foram apenas 2.000,00€. Financeiramente, avançou que, no ano de 2019, conseguiu uma faturação de 25.012,00€, com uma margem líquida de 55%. Assim, o valor que conseguiu depois de todas as despesas variáveis e fixas pagas foi de 13.757,00€. Este montante é para o uso pessoal, ou seja, é o valor do seu salário anual.

No caso da Quinta da Alfazema, faturou no total 36.000,00€, em 2019. Desse valor, 30.000,00€ são provenientes de agricultura e o restante de serviços. Quando questionada sobre esses serviços e a importância dos mesmos para a viabilidade económica da empresa, referiu:

*Hoje, já conseguimos reduzir, temos vindo a reduzir cada vez mais. Temos outras atividades que não estão ligadas à agricultura, mas ainda, sim, dentro da agricultura, por exemplo, se fossem só as vendas não era suficiente, dentro da agricultura temos que ter várias atividades, é por isso que damos os cursos, fazemos as visitas, organizamos os eventos, sempre relacionado, não é? Eventos de vir desfrutar um dia*

*na quinta, não é isso, são eventos relacionados com a agricultura, nós fazemos e mostramos o que é que estamos a fazer, temos pessoas que vêm todos os anos, por exemplo, para verem a evolução do projeto, temos pessoas que todos os anos participam nas nossas atividades. (Entrevista #2)*

Alguns dos serviços não se relacionam com a agricultura, mas com serviços nas áreas de formação dos proprietários. Referiu que precisam de vender 60 cabazes por semana para serem viáveis, valendo cada um, no mínimo, 15,00€. Em suma, as vendas em 2020 dispararam para o dobro semanalmente devido à pandemia causada pela SARS-COVID 2, mesmo deixando de fazer o mercado por restrições sanitárias, e, segundo JS, mantendo o número médio de cabazes vendidos, a empresa consegue ser viável apenas da agricultura.

Na Quinta do Arneiro, LA referiu que “*Em relação à viabilidade não é fácil, a rentabilidade não é proporcional ao trabalho que dá*” (Entrevista #3). Na seguinte tabela, estão os dados de faturação da empresa, em 2019, dividido em três áreas, direta ou indiretamente, provenientes da agricultura.

Tabela 5.2 – Dados de faturação de 2019 por área de negócio da Quinta do Arneiro

<b>Área de Negócio</b>	<b>Faturação 2019</b>
Mercados de agricultores e esquemas de cabazes	1.130.147,00€
Pomares	32.000,00€
Restaurante	269.720,81€
<b>Total</b>	<b>1.431.867,81€</b>

LA indica ainda que precisa de vender 900 cabazes por semana para garantir a viabilidade da empresa. Referiu que vendeu acima desse valor em 2019. O preço médio de cada cabaz é, aproximadamente, 27,00€. Respondeu da seguinte forma, quando perguntada sobre a importância do restaurante para a viabilidade da empresa:

*É fundamental para completar o conceito que queremos, por exemplo, se viesse cá um economista e fosse analisar 40 culturas diferentes que temos, se calhar, ia dizer que algumas não eram viáveis e para deixarmos de fazer, mas para o nosso conceito é*

*bastante importante a diversidade, e o restaurante é igual, é importante para aquilo que nós queremos. Para nós, é fundamental ter diversidade. (Entrevista #3)*

Quanto à localização, tanto o Chão Rico como a Quinta do Arneiro afirmaram que a proximidade das suas explorações a uma cidade como Lisboa é fundamental para o sucesso dos seus negócios. Admitiram que a possibilidade de haver mais formas de escoar o produto, maior poder de compra, mais pessoas a pensar de maneira diferente, despertadas para a necessidade de consumir local e biológico, é decisivo para as suas vendas. AA referiu que *“Certamente se fosse num ambiente do interior rural de Portugal haveria mais desafios... não digo que seja impossível, mas certamente é mais difícil”* (Entrevista #1). E, no caso da Quinta da Alfazema, a experiência é totalmente contrária – foi explícita, dizendo que a localização dificulta a viabilidade da empresa, e que o mercado em Portugal é demasiado concentrado nas duas grandes cidades, Lisboa e Porto. Referiu que *“Tem um lado muito mais difícil de partir pedra, é preciso ter que abrir o caminho”* (Entrevista #2), ainda assim, mencionou o reconhecimento de serem os únicos com este modo de comportamento na sua região.

Quando interrogados sobre a obtenção de subsídio, apenas o Chão Rico não beneficiou de qualquer apoio. Com os restantes projetos, as experiências são diferentes com os subsídios obtidos. A Quinta da Alfazema teve um subsídio no início do projeto, em 2013, ao abrigo do programa “Jovens Agricultores”, para a apicultura. JS referiu que optaram por não se candidatar a mais nenhum pela dificuldade sentida ao longo de todo o processo, queixando-se da burocracia e dos valores de produção exigidos estarem contabilizados para um regime de produção convencional. Sentiu que *“os subsídios são feitos para grandes projetos, não para micros, talvez para médias, mas não para micros”* (Entrevista#2). A experiência da Quinta do Arneiro é diferente, pois já tiveram vários subsídios ao longo da vida da empresa. LA referiu que o primeiro subsídio foi em 2011, pelo programa de desenvolvimento rural, e, segundo a proprietária, foi decisivo para o negócio, porque permitiu fazer investimentos essenciais, como obras no armazém para fazer os cabazes e a estufa. E, sobre esse subsídio, mencionou que *“por acaso acho que se o projeto não tivesse sido aprovado não estávamos aqui hoje”* (Entrevista #3). No decorrer dos anos, foram tendo outros subsídios e relatou que *“Já fizemos vários, eu vou a todos, acho que se há projetos e se há dinheiro da comunidade temos de aproveitar”* (Entrevista #3). Ainda assim, indicou que este tipo de ajuda não é fácil, pois obriga a um controlo metódico pela exigência de cumprimentos de certos rácios e, em caso de incumprimento, é exigida a devolução dos montantes. Contudo, refere que os subsídios não são

importantes para a viabilidade económica do projeto no quotidiano da empresa, mas são indispensáveis para os investimentos que têm feito ao longo do tempo.

## 5.4 Empregabilidade e condições laborais

Foram realizadas perguntas para aprofundar conhecimentos sobre as condições que são oferecidas aos trabalhadores e também os níveis de empregabilidade que este tipo de agricultura de pequena escala.

Na literatura académica sobre agricultura, é comum usar o termo *deety*. É definido pela quantidade de mão de obra necessária no processo de produção. Para medir este indicador, divide-se o número de trabalhadores pelo número de hectares (Nolte & Ostermeier, 2017). Na tabela abaixo, retrataram-se os dados recolhidos das três empresas e foi calculado o indicador referido acima.

Tabela 5.3 – Comparação do número de trabalhadores e a área do espaço agrícola

Organização	Número de Trabalhadores			Número de Hectares	Labor Intensity
	Tempo inteiro	Tempo parcial	Total tempo integral <sup>16</sup>		
Chão Rico	1	0	1	0,2	5
Quinta da Alfazema	2	1	2,5	3	0,83
Quinta do Arneiro	30	10	35	30	1,16

A necessidade de mão de obra desde a conversão da Quinta do Arneiro na sua forma de produção foi descrita como:

*Quando eram pomares apenas com a produção de pera, tínhamos apenas duas pessoas a tempo inteiro, e depois tínhamos pessoas na poda e na apanha. Desde a conversão para a produção biológica temos sempre cerca de 35 a 40 pessoas a trabalhar aqui.*  
(Entrevista #3)

Em relação aos salários dos trabalhadores, a Quinta do Arneiro referiu que a média salarial bruta mensal da sua empresa é de 39.267,00€, o que é bastante acima do salário mínimo nacional. No caso da Quinta da Alfazema, foi mencionado que não conseguem calcular o valor

---

<sup>16</sup> Hipótese: admitiu-se que os trabalhadores a tempo parcial trabalham 50% do tempo, em virtude de não se ter conseguido informação precisa sobre as horas trabalhadas destes trabalhadores.

dos salários, mas, segundo JS, seriam um pouco acima dos 600,00€. Referiu também que um dos problemas que pretendem mudar é a separação das contas da empresa com as da família.

O excesso de horas trabalhadas por semana foi mencionado nas entrevistas com AA e JS. A média de horas de trabalho por semana está entre as 50 e 60 horas semanais, principalmente no horário de verão; no inverno reduz-se significativamente. Em relação à Quinta do Arneiro, baixa significativamente para as 40 a 45 horas semanais, em média, por trabalhador.

## **5.5 Contribuição para a comunidade e a sociedade**

Foram feitas questões no sentido de apurar a contribuição destas organizações para a comunidade local onde se inserem, e perceber os potenciais benefícios que este tipo de organização pode oferecer à sociedade.

Um dos pontos mencionados por todos os entrevistados foi o papel educacional que desempenham, através das redes sociais, dos *websites*, do contacto direto com o cliente ou visitas promovidas aos espaços agrícolas. No caso da Quinta da Alfazema, promove diversos *workshops* ao longo do ano. Em relação ao envolvimento da comunidade na organização, a Quinta da Arneiro referiu que emprega pessoas das aldeias na proximidade da Quinta, mas referiu que não existe tanto envolvimento da comunidade, do município de Mafra, quanto gostaria. Por outro lado, a Quinta da Alfazema menciona que existe uma relação próxima entre a organização e a população local, relatando que várias vezes, quando existe excedente alimentar do mercado ou de alguma colheita que tiveram de fazer e não conseguiram vender, distribuem pelos seus vizinhos e por associações locais.

Quanto ao desperdício alimentar, em virtude do método de comercialização por esquema de cabazes, os agricultores referiram que não existe desperdício pela sua parte, porque colheram exatamente aquilo que foi encomendado anteriormente e, a existir, será por parte do consumidor. Já nos mercados, as colheitas que não conseguiram vender convertem-se em desperdício. LA referiu que aproveitam alguns alimentos para transformar; com os que não é possível, encaminham para o composto. O Chão Rico usa para a sua alimentação e para composto.

Uma das questões abordadas foi a dos preços dos produtos e o perfil do consumidor. No caso dos preços de consumo de produtos biológicos, referem que se pensarmos em sistemas lineares, isto é, se compararmos preços de produtos convencionais com produtos biológicos, os últimos são mais caros, mas se tivermos uma visão holística de prevenção de doenças, saúde, maior densidade nutricional dos alimentos e serviços ecossistémicos gerados pelo tipo de

agricultura, então, poderá não ser mais caro. Sobre o perfil do consumidor, o Chão Rico não se enquadra nesta questão por não ter um relacionamento direto com o consumidor final. A Quinta do Arneiro refere que para ser cliente do esquema de cabazes é preciso ter certas especificidades.

*O nosso cliente de cabaz precisa de ter determinadas características: precisa de cozinhar em casa, precisa de encomendar o cabaz, precisa de saber cozinhar legumes, preciso de ter algum poder económico, mas não precisa de ser rico, há muito essa ideia, os nossos clientes não são ricos. (Entrevista #3)*

Tanto LA como JS indicam que é uma questão de prioridades de consumo e consciencialização da importância de consumir local e biológico. Ambas mencionam que os clientes têm preocupações com a saúde, mas começam a aumentar o número de clientes atentos ao meio ambiente. Relativamente ao poder económico dos seus clientes, comentam que existem alguns que fazem um esforço financeiro para poder continuar a consumir produtos de qualidade.

## **5.6 Utilização de energia e pegada carbónica**

Neste ponto, durante as entrevistas, foram abordadas várias questões sobre a utilização de recursos externos. Assim, investigaram-se os materiais utilizados como tratamentos; o tipo de maquinaria e ferramentas utilizadas no modo de produção; e a utilização da água, estando tudo sintetizado na tabela abaixo.



Tabela 5.4 – Resumo de respostas sobre maquinarias utilizadas, tratamentos e forma de irrigação

<b>Organização</b>	<b>Maquinaria/ferramentas utilizadas na produção</b>	<b>Tratamentos</b>	<b>Forma de irrigação e utilização da água</b>
Chão Rico	Ferramentas manuais e algumas elétricas	Maioritariamente biofertilizantes, raramente produtos homologados <sup>17</sup>	Através de furo. Irrigação: gota-a-gota e aspersão
Quinta da Alfazema	Ferramentas manuais e motocultivador	biofertilizantes	Através de poços. Irrigação: gota-a-gota e aspersão.
Quinta do Arneiro	Ferramentas manuais, trator de pequena dimensão	Biofertilizantes	Através de charcas. Irrigação: gota-a-gota e aspersão.

A utilização de maquinaria pesada e dependência de combustíveis fósseis na produção das três empresas é praticamente inexistente. No caso do Chão Rico, apenas o carro utilizado para a distribuição depende diretamente de combustíveis fósseis. No caso da Quinta da Alfazema, o carro para a distribuição, a bomba para a rega e o motocultivador. Já na Quinta do Arneiro, usam o trator e os quatro carros para a distribuição. LA, quando questionada sobre a utilização de tratores, referiu que *“Utilizamos mais a escala humana e precisamos de muitas pessoas para trabalhar a terra, no campo”* (Entrevista #3). Todas as empresas mencionaram o uso de quantidades significativas de composto externo devido à falta de tempo e recursos para produzir o próprio composto.

No que concerne à utilização de tratamentos, todos os entrevistados relataram que têm uma abordagem muito mais preventiva e profilática do que reativa ou de combate, referindo a importância da diversidade e de filas de canteiros apenas para aumentar a biodiversidade e atração de insetos úteis para os campos. A resposta da JS ilustra este facto:

---

<sup>17</sup> Produtos homologados são produtos utilizados para combater as doenças, parasitas que aparecem nas plantas, autorizados pela certificação da agricultura biológica.

*A nossa abordagem, o que se faz aqui são sempre extratos naturais - extrato de cavalinha, o chorume de urtiga -, estão sempre em cima das próprias plantas, mais do que tudo, eu acho que esse é o trabalho principal, nós não trabalhamos a questão doença-cura, tratamos a questão para não haver doenças, que é uma prevenção.*  
*(Entrevista #2)*

Foi também desenvolvida a questão das distâncias percorridas dos produtos que vendem, desde o produtor até ao consumidor. O Chão Rico refere que o cliente mais distante é a 34 quilómetros de distância, a média será inferior a este valor. Nos outros dois casos, são diferentes porque também têm fornecedores. A Quinta da Alfazema mencionou que o fornecedor mais longe fica a 100 quilómetros e o cliente a 40 quilómetros. Na Quinta do Arneiro, as distâncias percorridas são um pouco maiores: os fornecedores estão próximos, mas, por vezes, são provenientes do Alentejo e do Norte, sempre nacionais; os consumidores mais distantes estão a, aproximadamente, 60 quilómetros, na zona da margem sul de Lisboa. Ainda assim, são maioritariamente a 40 quilómetros de distância, em Lisboa.

Com o embalamento dos produtos, os materiais utilizados são reduzidos. O Chão Rico utiliza plástico apenas para o embalamento das saladas. A Quinta do Arneiro opta por caixas de madeira que são reaproveitadas, isto é, vão e voltam para a Quinta, e com os alimentos transformados, as embalagens são de vidro. A Quinta da Alfazema também usa caixas, que retomam à Quinta, e para alimentos mais frágeis, utilizam embalagens reutilizáveis. Em termos de poupança energética, de desperdício de materiais, AA referiu:

*Nomeadamente a nível de transporte, ou seja, há um transporte direto da Quinta para o sítio, para o cliente. Logo aí não teve de passar por um centro de distribuição, etc., não vir de não sei onde. Também a nível de desperdício na Quinta, enchemos um balde a cada duas semanas de coisas, desde embalagens, de sacos de composto, de fertilizante. (Entrevista #1)*

Todas as empresas referiram que a poupança energética nesta forma de distribuição é uma vantagem.

## 5.7 Principais desafios, futuro e perspetiva sobre a estratégia política

Neste ponto, foram explorados os principais desafios que as Quintas tiveram e têm de ultrapassar diariamente para manter os seus negócios vivos, as ideias e prioridades para o futuro das suas organizações e pessoais, as suas contribuições para o sistema alimentar e como avaliam as políticas públicas no apoio ao pequeno agricultor.

Relativamente aos desafios, para o Chão Rico, a dificuldade do acesso à terra foi a sua principal barreira a ultrapassar e refere que, mesmo atualmente, continua limitado face a esta questão por estar num espaço que não é seu. Invalida certas ideias de médio e longo prazo que poderia desenvolver, por exemplo, uma estufa. A dificuldade de se infiltrar no mercado e ter uma rede de clientes segura foi um obstáculo, que atualmente pode contentar-se por ter ultrapassado. Foi também muito difícil conseguir ferramentas enquadradas com o tipo de agricultura que pratica, tendo importado praticamente todas. No caso da Quinta da Alfazema, o principal desafio foi a viabilidade económica do projeto, mas refere que *“tínhamos muita, muita, certeza de que esse não era um projeto de negócio, era um projeto de vida, e por isso tivemos muito mais força para continuar por causa desse envolvimento”* (Entrevista #2). Para a Quinta do Arneiro, foram as burocracias e a dificuldade de completar certos projetos por atrasos e lentidão de processos.

Quanto aos seus futuros e das organizações, AA referiu que gostaria de participar num projeto com mais impacto, com mais área, desenvolver projetos de agricultura regenerativa com animais, também devido à sua área de estudos e profissional, mas evidencia que o acesso à terra, as necessidades de outros investimentos, podem ser difíceis de ultrapassar para conseguir concretizar esses objetivos. JS comentou que a empresa está num caminho ideal para concretizar aquilo que idealizaram, principalmente, no âmbito social e ambiental, que foram sempre as suas principais motivações. LA gostaria de construir uma padaria, aumentar a produção de cereais e a produção de ovos.

Quando interrogados sobre a sua contribuição para a transição sustentável dos sistemas alimentares, todos os entrevistados responderam positivamente à sua participação para um futuro melhor nos sistemas alimentares e que era excelente multiplicar projetos idênticos em Portugal e deixarem de ser nichos. Referiram que a pandemia de 2020 teve um impacto positivo na procura, atraindo novos clientes. JS comentou que para a transição sustentável é essencial o comportamento do consumidor, e que é insustentável continuar com os hábitos de consumo atuais, contando uma história elucidativa:

*Eu estava no mercado e chegou um cliente já o verão tinha terminado, era o início do inverno, e queria tomate. E eu respondi que o tomate tinha acabado e só para o ano voltaria. E ele: “Ah, mas vocês habituaram-me a um bom tomate, a um tomate super saboroso e agora não têm para fornecer?” E eu disse: Se eu o habituei a comer um produto de qualidade, agora vou habituá-lo a comer um produto da época, porque o tomate é do verão. (Entrevista #2)*

Sobre as políticas públicas de apoio ao pequeno agricultor, as suas visões são diferentes, ainda que igualmente negativas. Para AA, existe muita falta de conhecimento, muita falta de informação dos decisores políticos e pouco interesse em metodologias mais avançadas. Acrescentou que, a nível académico, também existe pouco conhecimento, “*muito pouco desenvolvido nesse aspeto. É muito conservador, no fundo!*” (Entrevista #1). Reforçou:

*Faltam agricultores com conhecimentos mais modernos, de agricultura sustentável. Há muito pouco. Há donos de terras, há donos de empresas que, se fores a ver... a maior parte dos grandes projetos de agricultura biológica, de agricultura sustentável em Portugal não são geridos por agricultores, são geridos por donos de terras ou empresários. (Entrevista #1)*

JS reforçou, como AA, a falta de informação e acrescentou que os decisores políticos não sabem como ajudar, mesmo que queiram, não têm qualquer noção de como o fazer, porque não têm conhecimento da realidade diária do agricultor. LA mencionou ainda que as políticas só pensam nos “*megaprojetos*” (Entrevista #3). Criticou também a estratégia de valorização da quantidade, em vez de qualidade, das empresas que exportam, e rematou, dizendo que “*Cada vez que baixamos o preço, estamos a ficar mais pobres, com preços baixos, e isso é assustador*” (Entrevista #3).

Todos os entrevistados referiram a importância de surgirem mais projetos com esta abordagem e referem a potencialidade que a agricultura de pequena escala, à escala humana, a agroecologia, pode desempenhar para o país, diminuindo as importações, principalmente a nível de hortícolas. AA refere a potencialidade dos sistemas de produção bio intensivo em espaços urbanos e periurbanos, no fornecimento de hortícolas para as cidades.

## **6. Discussão de Resultados**

As análises dos resultados indicam características comuns entre os casos estudados e também diversas divergências nos SAA, em Portugal. Segundo um estudo recente da Eurostat (2018), a gestão das explorações agrícolas é feita maioritariamente por homens e acima dos 55 anos. O resultado desta tese contraria estes dois dados, pela presença feminina superior e apenas um caso tem idade superior aos 55 anos. Todos os entrevistados são qualificados, com graus académicos superiores, em áreas distintas da agricultura. Conjuntamente, nenhum deles profissionalmente estava relacionado com a produção de alimentos, apenas LA estava familiarmente conectada ao ramo. Todas as organizações estudadas têm a horticultura como foco de produção.

Estudos anteriores sobre este tema “romantizam” estas alternativas e não são objetos do mesmo escrutínio que os convencionais (Holloway, et al., 2007). Neste estudo, segundo as perspetivas dos produtores que participam nos SAA, foram identificadas inúmeras vantagens para as organizações e potenciais benefícios para a sustentabilidade, ainda assim, reconhecem-se desafios por ultrapassar. Este estudo tem um contributo importante para a literatura existente por ter uma análise nos três pilares da sustentabilidade, que é uma falha de pesquisa reconhecida num estudo anterior (Galli & Brunori, 2013). Desta forma, decidiu-se discutir os resultados obtidos divididos nas três dimensões – económica, social e ambiental –, sendo que a viabilidade económica dos agricultores é incluída na sustentabilidade económica.

### **6.1 Sustentabilidade económica**

A independência e o controlo sobre os seus negócios são fatores que as empresas estudadas valorizam. Segundo a avaliação dos produtores, o modelo de negócio dos SAA proporcionam um aumento dos rendimentos através da soberania que detêm sobre os preços, confirmando algo que foi demonstrado num estudo recente que comparou agricultores que optavam por distribuições segundo os SAA com agricultores com modos de escoamento convencionais (Malak-Rawlikowska, et al., 2019). Estas empresas mostram ganhos de competitividade no sistema alimentar através da diminuição de custos e fortalecimento da sua posição na cadeia de valor. A quase nula utilização de combustíveis fósseis na produção é fundamental para reduzir custos de produção e minorar os riscos face à volatilidade de preços dos combustíveis. Os resultados desta investigação estão de acordo com os estudos recentes, que mostram que, a nível da produtividade dos seus cultivos, existem vantagens na adoção de práticas produtivas em agroecologia relativamente ao convencional. Através da diversidade de culturas, mostram

menos riscos económicos, caso exista uma doença natural numa das culturas, sendo sistemas resilientes face a desastres naturais (Food, 2016; Ploeg, et al., 2019). Percebeu-se que, em todos os casos, existe uma dependência de sementes e composto. Depois de todos os benefícios identificados, verificou-se que a viabilidade económica através de rendimentos apenas da agricultura não é generalizada para todos os casos.

Em suma, foram identificados fatores determinantes para que as empresas consigam ser viáveis: o acesso à terra e a localização. Neste estudo, verificou-se que as organizações que tiveram o acesso gratuito à terra têm vantagem do ponto de vista financeiro, ainda que, no caso do Chão Rico, existam limitações evidentes de espaço e de falta de liberdade na gestão do espaço atual, estando conseqüentemente indisponível de projetar outros cultivos. A localização das organizações pode ser um fator crucial no sucesso económico das organizações (James, 2016). A proximidade às cidades com uma forte densidade populacional, com mais pessoas a pensar de forma diferente, com um maior poder de compra, é essencial para o sucesso das vendas. Neste dois pontos, a Quinta do Arneiro apresenta uma enorme vantagem face às demais. No caso da Quinta da Alfazema, os desafios são acrescidos, pelo acesso à terra ter sido através de compra, como pela localização. Essas barreiras foram explanadas nos resultados económicos, mostrando dependência de rendimentos fora da agricultura para garantir a viabilidade económica do negócio (Tregear, 2011). Economicamente, destaca-se o potencial existente nos sistemas de produção e distribuição do Chão Rico, tirando vantagem da zona periférica de Cascais e Lisboa.

O estudo de Tregear (2011) refere que os subsídios, por vezes, desempenham um importante contributo para a viabilidade dos agricultores que optam pelos SAA. Nos casos estudados, apenas a Quinta do Arneiro já dispôs de vários subsídios, não desempenhando esse papel para a viabilidade, apenas de investimentos em capital fixo para desenvolvimento de novos projetos. Contudo, essa alavancagem obtida é crucial para o crescimento da empresa e na inovação de produtos, como é o caso da pequena fábrica de transformação de alimentos, que tem um papel de acréscimo de valor nos cabazes e na fidelização de clientes. A transformação de alimentos promete ser uma mais valia para acrescentar valor aos produtos dos agricultores de pequena dimensão e aumentar os seus rendimentos. Destacam-se os relatos da JS, que afirma que sente que os subsídios são direcionados para grandes ou médias empresas e não para o pequeno agricultor. Os rácios de produtividade a atingir estão relacionados com a produção convencional, para processos ligados a monoculturas especializadas e facilmente quantificáveis, e existe muita dificuldade para financiar atividades com grande diversidade de valências.

Para as organizações que optam por um esquema de cabazes, é fundamental a compra de alimentos a outros produtores para acrescentar valor, diversificando e regularizando a sua oferta. É de realçar a capacidade de atração de nichos de mercado para os seus negócios, conseguindo competir com as grandes cadeias de supermercado que já contam com uma vasta oferta de produtos certificados biológicos.

Do ponto de vista de contribuições económicas regionais ou locais, os SAA, na literatura académica, têm sido apontados como potenciais fomentadores de economia local e desenvolvimento rural (Maye & Kirwan, 2010; Renting, Marsden, & Banks, 2003; Schönhart, Penker, & Schmid, 2009). Os resultados deste estudo mostram que os SAA poderão emergir mais facilmente em locais ou regiões, nos quais já existem níveis altos de desenvolvimento, em vez de terem esse papel de causadores de desenvolvimento, ou seja, é uma resposta ao desenvolvimento (Tregear, 2011). Porém, estas organizações, mesmo com barreiras por ultrapassar, principalmente ao nível da segurança económica, poderão desempenhar um importante contributo para o setor agrícola do país. Contrariam a hegemonia da concentração existente na produção agrícola em Portugal, mencionado por Noronha (2016), sendo agricultores de pequena escala. A multiplicação de organizações como estas seria benéfico para a oferta à elevada procura de produtos hortícolas que Portugal precisa de importar, baixando a dependência do mercado externo e reequilibrando a balança comercial nos produtos hortícolas (DGADR, 2019; Noronha, 2016).

## **6.2 Sustentabilidade social**

Foram discutidos vários assuntos como a empregabilidade e condições laborais, o envolvimento com a comunidade, o desperdício alimentar e questões relacionados com o consumidor para perceber o impacto social que estas organizações têm.

Esta investigação está de acordo com o estudo da UE, afirmando que a agricultura biológica tem maior *labor intensity* (Commission, 2019b). Assim, as organizações que participam nos SAA têm capacidade de gerar emprego (Forssell & Lankoski, 2015; Goodman, DuPuis, & Goodman, 2012). A empregabilidade também aumenta quando utilizam princípios de produção de agroecologia (Ploeg, et al., 2019). Na Quinta do Arneiro, a diferença de colaboradores do regime convencional para o regime atual ilustra bem essa necessidade, tendo mais pessoas envolvidas na produção de alimentos, contrariando a tendência de decréscimo do número de trabalhadores na agricultura que a UE tem sofrido (Commission, 2019a). No entanto, percebeu-se que, em dois dos casos, o número de horas trabalhadas é muito superior às 40 horas semanais,

principalmente, no verão, sendo um problema já apontado a estes sistemas (Bruce & Castellano, 2017). Com efeito, os produtores acabam por disponibilizar muito do seu tempo no *marketing* e distribuição, por exemplo, organização das encomendas personalizadas, troca de *e-mails* com os clientes, distribuição porta a porta, entre outros, que contabilizadas poderiam inviabilizar os seus negócios (Barbera, et al., 2014). Na Quinta do Arneiro não se aplica, porque a sua dimensão permite ter funcionários apenas para essas tarefas. Abordando os salários, existem diferenças entre os casos estudados: a Quinta da Alfazema referiu que eram bastante baixos, estando de acordo com as críticas apontados em alguns estudos (Allen, FitzSimmons, Goodman, & Warner, 2003; Goodman, DuPuis, & Goodman, 2012). Nos restantes casos, têm uma remuneração dos colaboradores adequada.

O acesso transparente a alimentos de qualidade e biológicos que estas organizações proporcionam aos seus consumidores contribuem para a SA (Dixon & Richards, 2016; Schönhart, Penker, & Schmid, 2009). No meio rural onde se insere a Quinta da Alfazema, os consumidores têm acessos mais limitados a alimentos biológicos, reforçando-se a importância social que este projeto oferece à comunidade. Ter uma relação próxima entre consumidores e produtores, a possibilidade visitar os espaços de produção, iniciativa promovida por todas as empresas, são aspetos de um sistema mais transparente do que quaisquer esquemas de certificação. Os resultados evidenciaram o importante papel que estas organizações têm na comunidade e, para os consumidores, na consciencialização de consumir produtos de qualidade, locais e produtos da época. A comunicação, para além de presencial, acontece também nas redes sociais, *websites* e, no caso da Quinta da Alfazema, estende-se a cursos e *workshops*. Aqui, estes serviços educacionais são importantes para a viabilidade da empresa. Segundo os produtores, os seus consumidores interessam-se por saúde e alterações climáticas, reforçando que não têm de ter poder económico alto para adquirir os seus produtos, e, em alguns casos, é uma prioridade comprar este tipo de produtos.

O desperdício alimentar na UE é preocupante pela enorme quantidade de comida perdida todos os anos (Food, 2019). Os SAA estudados nesta dissertação mostram vários benefícios para combater esta contradição perversa do sistema alimentar (Ribeiro, Rok, Harmsen, Carreón, & Worrell, 2019). A Quinta da Alfazema aproveita o excedente para doar aos vizinhos e a associações locais, a Quinta do Arneiro transforma os produtos e, em último caso, as três organizações colocam no composto, voltando para o ciclo de produção através da aplicação na terra.



Estas organizações representam a realocação dos sistemas de produção e provisão de bem-estar coletivo numa economia que procura cuidar das pessoas, contribuindo para a regionalização (Reis, 2020).

Com a crescente urbanização, esta forma de produção; o *market gardening*, promovido pelo Chão Rico num espaço periférico; e a produtividade obtida por metro quadrado em espaços urbanos ou periurbanos podem desempenhar um papel essencial na alimentação das cidades no futuro (Andres & Lebailly, 2011).

### **6.3 Sustentabilidade ambiental**

Os resultados deste estudo mostram benefícios face à agricultura convencional. De acordo com os agricultores, na produção, ter uma certificação biológica não garante a adoção de práticas agrícolas sustentáveis. Estas organizações respeitam princípios de agroecologia, com diversidade de culturas que promovem a biodiversidade. Os resultados, neste ponto, assemelham-se com as conclusões de um estudo recente desenvolvido em Portugal e Itália sobre agricultura biológica, que descobriu que as explorações agrícolas lideradas por mulheres e recentes agricultores, ou negócios familiares, tendem a ser mais ecológicas. E mostra uma correlação forte entre as organizações com modos de produção sustentáveis e os estudos superiores dos seus proprietários, o que é aplicável aos casos estudados nesta dissertação (Dinis, Ortolani, Bocci, & Brites, 2015).

Em termos energéticos, este estudo mostra menor dependência de combustíveis fósseis, tanto ao nível da produção como da distribuição, podendo ser relacionado com o estudo de Food (2016), que refere que as quintas de pequena dimensão que utilizam princípios de agroecologia têm mais duas a quatro vezes eficiência energética do que os agricultores convencionais. A redução de combustíveis fósseis na produção, a redução de fertilizantes e pesticidas contribuem bastante para uma pegada carbónica menor destas organizações, estando em acordo com estudos anteriores (Forssell & Lankoski, 2015; Jarosz, 2008; Schönhart, Penker, & Schmid, 2009).

Quanto às distâncias percorridas dos alimentos, percebeu-se que os casos estudados têm comportamentos distintos. Na venda ao consumidor, as distâncias percorridas desde o produtor ao consumidor são curtas, bastante locais (Forssell & Lankoski, 2015). Quanto aos produtores que compram a outros produtores para colocar nos cabazes, como é o caso da Quinta do Arneiro, as distâncias aumentam, tendo mais impacto para o meio ambiente. Os resultados mostraram que não utilizam praticamente maquinaria pesada, dando primazia ao trabalho

humano e ferramentas manuais. O embalagem dos produtos foi outro dos impactos positivos que este estudo comprovou, em concordância com a literatura (Barbera & Dagnes, 2016). No esquema de cabazes, o embalagem é à base de produtos de madeira e caixas de cartão, que retornam do consumidor para o produtor a cada utilização. A exceção é a utilização de plástico para o embalagem das saladas do Chão Rico.

## 7. Conclusões

Esta dissertação avaliou como os agricultores, participando em SAA, podem garantir a viabilidade económica dos seus negócios, contribuindo para a sustentabilidade nos sistemas alimentares. Primeiro, a revisão de literatura serviu para definir os conceitos de sustentabilidade e SAA. Definiu-se sustentabilidade, que está assente em três pilares: económico, social e ambiental (Brundtland, Khalid, Agnelli, Al-Athel, & Chidzero, 1987). Os SAA representam uma inovação nas relações entre produtor e consumidor, promovendo uma relação direta, ou com apenas um intermediário, entre produtor e consumidor, de proximidade e com práticas produtivas ecológicas, aumentando os rendimentos do produtor (Jarosz, 2008). Esta dissertação focou-se na perspectiva dos produtores, explorando os potenciais benefícios que os SAA podem ter para as suas organizações e para a sustentabilidade.

Para responder à questão basilar proposta, recorreu-se à abordagem por estudo de caso como estratégia de investigação, seguindo as recomendações sugeridas por um estudo anterior (Tregear, 2011). Assim, desenvolveu-se uma análise qualitativa através da consulta de fontes primárias, como redes sociais, análise documental, notícias e *websites* das empresas, cruzando a informação obtida a partir de entrevistas semiestruturadas com os proprietários das organizações. Para analisar a viabilidade económica dos negócios, foram considerados os valores do ano de 2019. As entrevistas, a par da análise profunda das várias fontes primárias, confirmaram o propósito dos SAA, conforme foi descrito na revisão de literatura, respondendo à questão principal de investigação. Os resultados mostraram que estas organizações através dos SAA têm um importante contributo para a sustentabilidade nas várias dimensões. Como evidenciam os resultados obtidos, esta forma alternativa de produção e comercialização promove o aumento dos rendimentos dos agricultores de pequena e micro dimensão, incrementando a produtividade e competitividade dos seus produtos, ao conseguir praticar preços mais altos através do empoderamento na cadeia de valor. Verificou-se a importância da forma de acesso à terra e a localização nos resultados económicos das organizações. Os contributos para as comunidades locais ou regionais foram demonstrados, através da maior empregabilidade que estes sistemas de produção promovem, a acessibilidade a alimentos biológicos, transparentes e frescos aos consumidores, sendo, portanto, importante para a SA das pessoas. A oferta educacional e a consciencialização de consumir local, biológico e sazonal aos seus clientes e seguidores consistem em benefícios para a sustentabilidade. Sumariamente, o desperdício alimentar produzido por estas organizações é muito reduzido e, quando existe, é distribuído pelas associações locais e a vizinhos, ou há o aproveitamento para transformação

de alimentos que, posteriormente, são vendidos. A utilização de combustíveis fósseis é residual, principalmente na produção de alimentos. A mitigação de químicos e fertilizantes na produção, assim como a promoção de biodiversidade através da diversidade de culturas e de princípios de agroecologia contribuem para a sustentabilidade ambiental. A diminuição nas distâncias percorridas, do produtor ao consumidor, e a poupança de materiais, nomeadamente plástico, nos embalamentos dos produtos ajudam a uma poupança energética e de recursos.

Verificou-se a inovação de modelos de negócio e as formas de produção utilizadas para acrescentar valor aos seus produtos, o que proporcionou responder às questões complementares propostas. Apesar da forte concorrência dos hipermercados, estas organizações que participam nos SAA conseguem capturar nichos de mercado. Percebeu-se que as empresas têm potencial para oferecer um contributo importante para a transição sustentável dos sistemas alimentares, principalmente, no ramo de horticultura, sendo essa a base de produção dos negócios estudados. Estes agricultores de pequena escala procuram resistir à crescente concentração de explorações agrícolas em Portugal (Noronha, 2016). Do ponto de vista estratégico para o país, a proliferação de negócios como estes poderá desempenhar um papel fundamental na produção e provisão de alimentos, reequilibrando a balança comercial nos produtos hortícolas, diminuindo a dependência externa (DGADR, 2019; Noronha, 2016).

Todavia, existem pontos a melhorar no contributo dos SAA para a sustentabilidade nas suas três dimensões, e este estudo procurou identificar algumas. Primeiro, quanto à viabilidade económica, percebeu-se que continua a ser difícil e desafiante de atingir. Como se verificou num caso, tem de recorrer a rendimentos provenientes de serviços relacionados com a agricultura, como *workshops*, e fora da área da agricultura para conseguir a segurança económica do seu projeto. Apesar de maior empregabilidade, comparativamente com o convencional, as condições laborais continuam a ser pontos a melhorar. A nível salarial, progressão de salários ou carreira e o excesso de horas de trabalho semanais, principalmente nos meses de primavera e verão. A falta de apoio de políticas públicas a pequenos agricultores dificultam o aparecimento destes negócios. Segundo os produtores, sentem-se desapoitados e relataram que existe um desconhecimento total por parte dos decisores políticos relativamente à vida real do agricultor.

Quanto à revisão de literatura, os SAA há muito que são estudados e tendem a demorar na transição de nichos para *mainstream*. Por vezes, as definições vagas e pouco precisas deste conceito contribuem para perpetuar esta situação (Forssell & Lankoski, 2015). A necessidade de análises empíricas para perceber a viabilidade económica das organizações que têm este comportamento alternativo no mercado também é uma dificuldade identificada (James, 2016).

Os SAA precisam de ser críticos face às formas de produção e ir além dos esquemas de certificação e de rótulos (Forssell & Lankoski, 2015). Esta investigação pretendeu contribuir para a diminuição destas lacunas nas investigações sobre os SAA. A nível nacional, é um conceito pouco estudado e desenvolvido, principalmente nas ciências sociais, como a economia.

Esta investigação enfrentou algumas limitações. Em primeiro lugar, a pandemia do SARS-COVID 2 dificultou o agendamento das entrevistas, impossibilitando um encontro presencial, acabando por se realizar através de videochamadas. Segundo, a exposição dos números de faturação e dos lucros obtidos continua a ser um assunto sensível, sentindo-se algum desconforto e resistência para essa abertura e disponibilidade. Verificou-se dificuldade e lentidão na comunicação, pela falta de tempo por parte dos agricultores, principalmente nos meses de primavera e verão, altura em que foram realizadas as entrevistas e vários pedidos de informações. A pressão do tempo, os recursos necessários e a pandemia limitaram este estudo, para uma avaliação mais cuidada e de mais casos noutras regiões do país. Por exemplo, questionários a consumidores e observação participativa no quotidiano dos agricultores seria bastante útil para aprofundar conhecimentos sobre o tema. Por fim, fazer a avaliação económica destes projetos tornou-se difícil, porque, mais do que projetos com objetivos meramente económicos, sentiu-se que estes negócios têm uma base ideológica, motivacional e mesmo emocional, no sentido de executarem aquilo que idealizam para um futuro diferente. Exemplo disso é a citação da JS na apresentação dos resultados, quando se referiu a ser um projeto de vida.

Para futuras investigações, este tema merece uma compreensão aprofundada do fenómeno, e ser objeto de estudo de várias áreas distintas para uma perceção conjunta. Recomenda-se o envolvimento de especialistas das áreas de antropologia, economia, sociologia, biologia, agronomia, entre outros. É necessário um trabalho conjunto para procurar soluções para problemas graves do sistema alimentar global e nacional. Estudar simultaneamente o lado do consumidor, tentar incorporar os decisores políticos, desde os municípios aos ministérios centrais, juntando aos produtores e as comunidades locais, estudos que abrangem todos os *stakeholders*. Mais envolvimento académico e político na vida real dos agricultores poderia aumentar os conhecimentos sobre as reais necessidades existentes. É importante avaliar os contextos social, económico e ambientais onde estão inseridos. Perceber as dinâmicas locais ou regionais para intervir de acordo com as necessidades das comunidades locais. Investigar o potencial destas organizações para a regionalização. Investigar sobre a inclusão ou exclusão social que estes SAA podem impactar. É necessário perceber como empoderar os agricultores

para transitarem as suas formas de produção. A nível da autossuficiência das regiões, principalmente nas hortícolas, seria interessante perceber, por exemplo, quantos espaços agrícolas com sistemas de produção, como os do Chão Rico, são precisos na periferia da cidade de Lisboa para alimentar a população, ou, quantas famílias são necessárias para sustentar uma família de agricultores. Por último, analisar os reais custos dos alimentos produzidos convencionalmente e comparar com os de produção com princípios de agroecologia seria aliciante. Estes princípios procuram a produção em si e prestam serviços ecossistémicos que produzem benefícios coletivos.

Em síntese, numa altura em que enfrentamos uma crise climática sem precedentes, prevê-se que um dos grandes desafios dos próximos tempos será a SA, como vamos conseguir produzir alimentos de qualidade para a população mundial que, segundo as previsões, promete aumentar (IPCC, 2019). Desta forma, os SAA oferecem inúmeros benefícios como foram identificados neste estudo. Parece essencial o contributo destas organizações, visando a realocação dos sistemas de produção e provisão para as pessoas. Como indica Reis (2020), na provisão de bem-estar coletivo. Tem-se evidenciado a necessidade de produzir e consumir de outra forma, valorizar o agricultor e agricultura. A nível da PAC, recomenda-se um maior escrutínio a quem e o que se está a financiar. Como foi referenciado pelo relatório Food (2019), existe uma tendência para concentrar os financiamentos nas mesmas empresas, contribuindo para a concorrência desleal que os agricultores de pequena escala são sujeitos. Assim, a possibilidade de se estar a perpetuar práticas de produção trágicas é elevada e as externalidades que esses modelos produzem, em algum momento, vão ser internalizadas. É importante subsidiar projetos agrícolas com modos de produção benéficos, como foi verificado neste estudo a importância do subsídio para o desenvolvimento da Quinta do Arneiro. Criar mecanismos para facilitar o acesso a terra a novos agricultores, e o acesso a capital para o desenvolvimento de novos projetos. Para o empoderamento dos agricultores e influenciar uma transição sustentável dos sistemas alimentares, recomenda-se a criação de espaços educativos para qualificar e desafiar os agricultores a uma mudança de paradigma.

Finalmente, para uma transição sustentável dos sistemas alimentares, é essencial garantir um salário digno ao agricultor e os SAA apresentam-se, para já, como uma possível solução.

## Referências Bibliográficas e Fontes

- Acosta, A. (2016). *O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. Elefante.
- Allen, P., FitzSimmons, M., Goodman, M., & Warner, K. (2003). Shifting plates in the agrifood landscape: the tectonics of alternative agrifood initiatives in California. *Journal of rural studies*, 19(1), 61-75.
- Amaro, R. R. (Junho de 2011). Projecto ECOS – Proposta de um referencial conceptual e metodológico para a construção de um Indicador de Sustentabilidade das Organizações de Economia Solidária. *Revista de Economia Solidária*, 3, 156-171.
- Andres, L., & Lebailly, P. (2011). Peri-urban agriculture: The case of market gardening in Niamey, Niger. *African Review of Economics and Finance*, 3(1), 69-79.
- APA, A. P. (2019). *Área Agrícola Em Modo de Produção Biológica*. Lisboa: REA. Disponível em <https://rea.apambiente.pt/content/%C3%A1rea-agr%C3%ADcola-em-modo-de-produ%C3%A7%C3%A3o-biol%C3%B3gica>.
- Aristóteles, Amaral, A., & Gomes, C. (1998). *Política*. Lisboa: Vega Universidade Ciências Sociais e Políticas.
- Baptista, A., Cristóvão, A., Costa, D., Guimarães, H., Rodrigo, I., Tibério, L., & Pinto-Correia, T. (2013). *Recomendações e Medidas de Política de apoio aos Circuitos Curtos Agro-alimentares: Período de Programação 2014-2020 - Relatório Final*. ISA, Universidade de Évora, UTAD.
- Barbera, F., & Dagnes, J. (2016). Building Alternatives from the Bottom-up: The Case of Alternative Food Networks. *Agriculture and Agricultural Science Procedia*, 324 – 331 .
- Barbera, F., Corsi, A., Dansero, E., Giaccaria, P., Peano, C., & Puttilli, M. (2014). Cosa c'è di alternativo negli Alternative Food Networks? Un'agenda di ricerca per un approccio interdisciplinare. *Scienze del territorio*(2), 35-44.
- Bartlett, A. G. (2020). Exploring transformational outcomes from donor investments in agroforestry research for development. *Agroforestry Systems*, 1-12.
- Beckers, V., Beckers, J., Vanmaercke, M., Van Hecke, E., Van Rompaey, A., & Dendoncker, N. (2018). Modelling Farm Growth and Its Impact on Agricultural Land Use: A Country Scale Application of an Agent-Based Model. *Land*, 7(3), 109.
- Brinkley, C. (2013). Avenues into food planning: A review of scholarly food system research. *International Planning Studies*, 18(2), 243-266.
- Bruce, A. B., & Castellano, R. L. (2017). Labor and alternative food networks: challenges for farmers and consumers. *Renewable Agriculture and Food Systems*, 32(5), 403-416.
- Brundtland, G. H., Khalid, M., Agnelli, S., Al-Athel, S., & Chidzero, B. J. (1987). *Our common future*. New York: WCED.
- Brunori, G., Rossi, A., & Malandrini, V. (2011). Co-producing Transition: Innovation Processes in Farms Adhering to Solidarity-based Purchase Groups (GAS) in Tuscany, Italy. *International Journal of Sociology of Agriculture & Food*, 18(1).
- Burch, D., & Lawrence, G. (2013). Financialization in agri-food supply chains: Private equity and the transformation of the retail sector. *Agriculture and human values*, 30(2), 247-258.
- Busch, L. (2010). Can fairy tales come true? The surprising story of neoliberalism and world agriculture. *Sociologia Ruralis*, 50(4), 331-351.
- Clapp, J. (2014). Financialization, distance and global food politics. *Journal of Peasant Studies*, 41(5), 797-814.
- Commission, E. (2017). *Modernising and simplifying the CAP: Economic challenges facing EU agriculture*. Brussels : European Commission. Disponível em [https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/food-farming-fisheries/key\\_policies/documents/soc\\_background\\_final\\_en.pdf](https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/food-farming-fisheries/key_policies/documents/soc_background_final_en.pdf).

- Commission, E. (2019a). *EU AGRICULTURAL OUTLOOK FOR THE AGRICULTURAL MARKETS AND INCOME 2017-2030*. Brussels : European Commission. Disponível em [https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/food-farming-fisheries/farming/documents/agricultural-outlook-2017-30\\_en.pdf](https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/food-farming-fisheries/farming/documents/agricultural-outlook-2017-30_en.pdf).
- Commission, E. (2019b). *Organic farming in the EU – A fast growing sector*. Brussels: European Commission. Disponível em: [https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/food-farming-fisheries/farming/documents/market-brief-organic-farming-in-the-eu\\_mar2019\\_en.pdf](https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/food-farming-fisheries/farming/documents/market-brief-organic-farming-in-the-eu_mar2019_en.pdf).
- Creswell, J. W., & Poth, C. N. (2016). *Qualitative inquiry and research design: Choosing among five approaches*. London: Sage publications.
- Cypher, J. M., & Dietz, J. L. (2008). *The process of economic development*. New York: Routledge.
- De Fazio, M. (2016). Agriculture and sustainability of the welfare: the role of the short supply chain. *Agriculture and agricultural science procedia*, 8, 461-466.
- DGADR. (2019). *Estratégia Nacional para a Agricultura Biológica*. Lisboa: República Portuguesa, Agricultura, Florestas e Desenvolvimento rural. Disponível em <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=56e2d4e9-84fa-49d8-8c13-6464690df3de>.
- Dinis, I., Ortolani, L., Bocci, R., & Brites, C. (2015). Organic agriculture values and practices in Portugal and Italy. *Agricultural Systems*, 136, 39-45.
- Dixon, J., & Richards, C. (2016). On food security and alternative food networks: understanding and performing food security in the context of urban bias. *Agriculture and human values*, 33(1), 191-202.
- Dooley, L. M. (2002). Case study research and theory building. *Advances in developing human resources*, 4(3), 335-354.
- Eisenhardt, K. M. (1989). Building theories from case study research. *Academy of management review*, 14(4), 532-550.
- Eisenhardt, K. M., & Graebner, M. E. (2007). Theory building from cases: Opportunities and challenges. *Academy of management journal*, 50(1), 25-32.
- Eisenstein, C. (2011). *Sacred economics: Money, gift, and society in the age of transition*. North Atlantic Books.
- Epstein, G. A. (2005). *Financialization and the world economy*. Edward Elgar Publishing.
- Eurostat. (November de 2018). *Farmers and the agricultural labour force - statistics*. Obtido de European Comission: [https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Farmers\\_and\\_the\\_agricultural\\_labour\\_force\\_-\\_statistics](https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Farmers_and_the_agricultural_labour_force_-_statistics)
- FAO, I. F., & UNICEF, W. (2017). *The state of food security and nutrition in the world 2017. Building resilience for peace and food security*. Rome: FAO.
- FAO. (2016). *The future food systems*. Obtido de FAO: <http://www.fao.org/cfs/home/blog/blog-articles/article/en/c/448182/>
- FAO. (2019). *The State of Food and Agriculture 2019. Moving forward on food loss and waste reduction*. Rome : FAO. Disponível em <http://www.fao.org/3/ca6030en/ca6030en.pdf>.
- Favilli, E., Rossi, A., & Brunori, G. (2015). Food networks: collective action and local development. The role of organic farming as boundary object. *Organic agriculture*, 5(3), 235-243.
- Feagan, R. (2007). The place of food: mapping out the ‘local’ in local food systems. *Progress in human geography*, 31(1), 23-42.
- Feenstra, G. W. (1997). Local food systems and sustainable communities. *American journal of alternative agriculture*, 12(1), 28-36.



- Fernandez, M., Goodall, K., Olson, M., & Méndez, V. E. (2013). Agroecology and alternative agri-food movements in the United States: Toward a sustainable agri-food system. *Agroecology and sustainable food systems*, 37(1), 115-126.
- Flick, U. (2004). *Introducción a la investigación cualitativa*. Madrid: Morata.
- Foddy, W. (1993). *Constructing questions for interviews and questionnaires*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Food, I. (2016). *From uniformity to diversity: a paradigm shift from industrial agriculture to diversified agroecological systems*. Louvain-la-Neuve: International Panel of Experts on Sustainable Food systems.
- Food, I. (2019). *Towards a Common Food Policy for the European Union. The Policy Reform and Realignment That Is Required to Build Sustainable Food Systems in Europe*. Brussels: International Panel of Experts on Sustainable Food Systems. Disponível em [http://www.ipes-food.org/\\_img/upload/files/CFP\\_FullReport.pdf](http://www.ipes-food.org/_img/upload/files/CFP_FullReport.pdf).
- Forssell, S., & Lankoski, L. (2015). The sustainability promise of alternative food networks: an examination through “alternative” characteristics. *Agriculture and human values*, 32(1), 63-75.
- Fortier, J.-M. (2014). *The market gardener: a successful grower’s handbook for small-scale organic farming*. Canada: New society .
- Fouilleux, E., Bricas, N., & Alpha, A. (2017). Feeding 9 billion people’: global food security debates and the productionist trap. *Journal of European Public Policy*, 24(11), 1658-1677.
- Galli, F., & Brunori, G. (2013). *Short Food Supply Chains as Drivers of Sustainable Development*. Brussels: European Commission.
- Geels, F. W. (2002). Technological transitions as evolutionary reconfiguration processes: a multi-level perspective and a case-study. *Research policy*, 31(8-9), 1257-1274.
- Geels, F. W. (2011). The multi-level perspective on sustainability transitions: Responses to seven criticisms. *Environmental innovation and societal transitions*, 1(1), 24-40.
- Geels, F. W., & Schot, J. (2007). Typology of sociotechnical transition pathways. *Research policy*, 36(3), 399-417.
- Giannakis, E., & Bruggeman, A. (2015). The highly variable economic performance of European agriculture. *Land Use Policy*, 45, 26-35.
- Gomm, R., Hammersley, M., & Foster, P. (2000). *Case study method: Key issues, key texts*. Sage.
- Goodman, D., DuPuis, E. M., & Goodman, M. K. (2012). *Alternative food networks: Knowledge, practice, and politics*. London and New York : Routledge.
- Hathaway, M. D. (2016). Agroecology and permaculture: addressing key ecological problems by rethinking and redesigning agricultural systems. *Journal of Environmental Studies and Sciences*, 6(2), 239-250.
- Hausman, D. M. (1994). *The philosophy of economics: An anthology*. New York: Cambridge University Press.
- Hickel, D. (2015). Design as expression of doing things together: An ecological understanding. (Doctoral dissertation) Universidade de Lisboa, Lisboa. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/15314>.
- Hickel, J. (2019). The contradiction of the sustainable development goals: Growth versus ecology on a finite planet. *Sustainable Development*, 27(5), 873-884.
- Hinrichs, C. C. (2014). Transitions to sustainability: a change in thinking about food systems change? *Agriculture and human values*, 31(1), 143-155.
- Holloway, L., Kneafsey, M., Venn, L., Cox, R., Dowler, E., & Tuomainen, H. (2007). Possible food economies: a methodological framework for exploring food production–consumption relationships. *Sociologia ruralis*, 47(1), 1-19.

- Ilbery, B., & Maye, D. (2005). Alternative (shorter) food supply chains and specialist livestock products in the Scottish–English borders. *Environment and planning A*, 37(5), 823-844.
- Inovação, M. d. (06 de 11 de 2007). Obtido de Diário da República Eletrónico: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/629439/details/maximized>
- IPCC. (2019). *Climate Change and Land: an IPCC special report on climate change, desertification, land degradation, sustainable land management, food security, and greenhouse gas fluxes in terrestrial ecosystems*. In press.
- James, S. W. (2016). Beyond ‘local’ food: how supermarkets and consumer choice affect the economic viability of small-scale family farms in Sydney, Australia. *Area*, 48(1), 103-110.
- Jarosz, L. (2008). The city in the country: Growing alternative food networks in Metropolitan areas. *Journal of rural studies*, 24(3), 231-244.
- Kirwan, J. (2006). The interpersonal world of direct marketing: examining conventions of quality at UK farmers’ markets. *Journal of rural studies*, 22(3), 301-312.
- Kloppenburger Jr, J., Lezberg, S., De Master, K., Stevenson, G. W., & Hendrickson, J. (2000). Tasting food, tasting sustainability: Defining the attributes of an alternative food system with competent, ordinary people. *Human organization*, 177-186.
- Kneafsey, M., Venn, L., Schmutz, U., Balázs, B., Trenchard, L., Eyden-Wood, T., . . . Blackett, M. (2013). *Short Food Supply Chains and Local Food Systems in the EU. A State of Play of Their Socio-Economic Characteristics*. Brussels: European Commission.
- Lamine, C., Garçon, L., & Brunori, G. (2019). Territorial agrifood systems: A Franco-Italian contribution to the debates over alternative food networks in rural areas. *Journal of Rural Studies*, 68, 159-170.
- Latouche, S. (2011). *Pequeno Tratado do decrescimento sereno*. Lisboa: Grupo Almedina.
- Malak-Rawlikowska, A., Majewski, E., Waś, A., Borgen, S., Csillag, P., Donati, M., & ... & Nguyen, A. (2019). Measuring the economic, environmental, and social sustainability of short food supply chains. *Sustainability*, 11(5), 4004.
- Malthus, T. R. (1872). *An Essay on the Principle of Population*.
- Matthews, A. (2018). *The EU’s Common Agricultural Policy Post 2020: Directions of Change and Potential Trade and Market Effects*. Geneva: International Centre for Trade and Sustainable Development (ICTSD).
- Maye, D., & Kirwan, J. (2010). Alternative food networks. *Sociology of Agriculture and Food*, 20(3), 383-389.
- Mazoyer, M., & Roudart, L. (2008). *A História da Agricultura*. São Paulo: UNESP.
- Mill, J. S. (1883). *Principles of political economy: with some of their applications to social philosophy (Vol 2)*. Appleton.
- Nolte, K., & Ostermeier, M. (2017). Labour market effects of large-scale agricultural investment: conceptual considerations and estimated employment effects. *World Development*, 98, 430-446.
- Noronha, T. d. (2016). *Setor Agroalimentar em Portugal - Conjunturas e Abordagens Recentes*. Lisboa: Edições Sílabo, Lda.
- Parliament, E. (2018). *Definitive adoption (EU, Euratom) 2019/333 of the European Union’s general budget for the financial year 2019*. Brussels: European Commission.
- Pe'er, G., Bonn, A., Bruelheide, H., Dieker, P., Eisenhauer, N., Feindt, P. H., . . . Marquard, E. (2019). Action needed for the EU Common Agricultural Policy to address sustainability challenges. *People and Nature*, Disponível em <https://besjournals.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/pan3.10080>.
- Perkins, R. (2016). *Making Small Farms Work: A Pragmatic Whole Systems Approach to Profitable Regenerative Agriculture*. Poland: Ridgedale Permaculture.
- Ploeg, V. d., J.D., Barjolle, D., Bruil, J., ..., & Wezel, A. (2019). The economic potential of agroecology: Empirical evidence from Europe. *Journal of Rural Studies*, 71, 46-61.

- Poore, J., & Nemecek, T. (2018). Reducing food's environmental impacts through producers and consumers. *Science*, 360(6392), 987-992.
- Reis, J. (2020). *Cuidar de Portugal: Hipóteses de economia política em tempos convulsos*. Coimbra: Edições Almedina.
- Renting, H., Marsden, T. K., & Banks, J. (2003). Understanding alternative food networks: exploring the role of short food supply chains in rural development. *Environment and planning A*, 35(3), 393-411.
- Ribeiro, A. P., Rok, J., Harmsen, R., Carreón, J. R., & Worrell, E. (2019). Food waste in an alternative food network—A case-study. *Resources, Conservation and Recycling*, 149, 210-219.
- Robbins, L. (1932). *An Essay on the nature and significance of economic science*. Londres: Macmillan and co, Limited.
- Salavisa, I., & Ferreiro, M. (2018). Sustainable food systems: how important are bottom-up innovative experiments? *13th European Conference on Innovation and Entrepreneurship, ECIE 2018* (pp. 700-708). Aveiro: Academic Conferences and Publishing International Limited.
- SAM. (2020). *Towards a Sustainable Food System*. Brussels: The Scientific Advice Mechanism Unit of the European Commission. Disponível em <https://op.europa.eu/en/web/eu-law-and-publications/publication-detail/-/publication/ca8ffeda-99bb-11ea-aac4-01aa75ed71a1>.
- Santos, B. D. (2002). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Porto: Edições Afrontamento.
- SAPEA, S. A. (2020). *A sustainable food system for the European Union*. Berlin : SAPEA. Disponível em <https://doi.org/10.26356/sustainablefood>.
- Savarese, M., Chamberlain, K., & Graffigna, G. (2020). Co-Creating Value in Sustainable and Alternative Food Networks: The Case of Community Supported Agriculture in New Zealand. *Sustainability*, 12(3), 1252.
- Schermer, M. (2015). From “Food from Nowhere” to “Food from Here:” changing producer–consumer relations in Austria. *Agriculture and Human Values*, 32(1), 121-132.
- Schönhart, M., Penker, M., & Schmid, E. (2009). Sustainable local food production and consumption: challenges for implementation and research. *Outlook on agriculture*, 8(2), 175-182.
- Seyfang, G., & Smith, A. (2007). Grassroots innovations for sustainable development: Towards a new research and policy agenda. *Environmental politics*, 16(4), 584-603.
- Shiva, V. (2008). *Soil not oil: Environmental justice in a time of climate crisis*. Cambridge: South End Press.
- Silverman, D. (1993). *Interpreting qualitative data*. London: Sage Publications Inc.
- Sonnino, R. (2019). The cultural dynamics of urban food governance. *City, Culture and Society*, 16, 12-17.
- Spaargaren, G., Oosterveer, P., & Loeber, A. (2013). Sustainability transitions in food consumption, retail and production. *In Food Practices in Transition*, 21-52.
- Springmann, M., Clark, M., Mason-D’Croz, D., Wiebe, K., Bodirsky, B., Lassaletta, L., . . . Jonell, M. (2018). Options for keeping the food system within environmental limits. *Nature*, 52(7728), 519-525.
- Stake, R. E. (1999). *Investigación con estudio de casos*. Madrid: Morata.
- Stake, R. E. (2006). *Multiple case study analysis*. New York: Guilford Press.
- Sutherland, L. A., Darnhofer, I., Wilson, G., & Zagata, L. (2014). *Transition Pathways towards Sustainability in Agriculture: Case Studies from Europe*. Oxfordshire: CABI.
- Tibério, L., Baptista, & Cristóvão. (2013). Sistemas Agroalimentares Locais e Comercialização em Circuitos Curtos de Proximidade. *Revista Rede Rural Nacional*, 1-6.

- Tregear, A. (2011). Progressing knowledge in alternative and local food networks: Critical reflections and a research agenda. *Journal of rural studies*, 27(4), 419-430.
- UN. (2015). *Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development*. New York: United Nations.
- United Nations, D. o. (2019). *World population prospects 2019: Highlights*. Press Release.
- Watts, D. C., Ilbery, B., & Maye, D. (2005). Making reconnections in agro-food geography: alternative systems of food provision. *Progress in human geography*, 29(1), 22-40.
- Woodside, A. G. (2010). *Theory, methods and practice*. Emerald Group Publishing.
- Wubben, E. F., Fondse, M., & Pascucci, S. (2013). The importance of stakeholder-initiatives for business models in short food supply chains: the case of the Netherlands. *Journal on Chain and Network science*, 13(2), 139-149.
- Yin, R. K. (1993). *Applications of case study research*. Beverly Hills, CA: Sage Publications, Inc.
- Yin, R. K. (2005). *Estudo de Caso. Planejamento e Métodos*. Porto Alegre: Bookman.
- Yin, R. K. (2009). *Case study research - Design and methods*. California: Sage Publications.
- Zikmund, W. G. (2013). *Business Research Methods*. London: Cengage Learning.

## **Anexos**

### **Anexo A – Guião da entrevista Chão Rico**

**Organização:** Chão Rico

**Entrevistado/Função:** André Antunes/Proprietário

**Local:** Colares, Sintra

**Data:** 06/06/2020

#### **1. Perfil do entrevistado**

- 1.1 Quando se tornou agricultor e porquê?
- 1.2 Qual a sua área de formação?

#### **2. Caracterização da iniciativa/organização**

- 2.1 Ano de início da atividade
- 2.2 Forma jurídica (fins lucrativos, cooperativa, etc.)
- 2.3 Negócio herdado (terra, p.e.). Como foi o acesso à terra?
- 2.4 Quais são as formas de produção e porquê?
- 2.5 Que alimentos produzem na quinta?
- 2.6 O Chão Rico teve/tem algum subsídio ou financiamento (p.e. no âmbito da Política Agrícola e de Desenvolvimento Rural?). Se sim, identifique.
- 2.7 Qual a área do terreno destinada para a agricultura?
- 2.8 Qual a área para a agricultura biológica?

#### **3. Modelo de negócio/sustentabilidade económica**

- 3.1 Quando iniciou este projeto, fez alguma investigação acerca do mercado, concorrência, análise do que os agricultores nesta zona fazem, etc.?
- 3.2 Qual o modelo de negócio da organização?
- 3.3 Existe alguma parceria/pertença a redes de produtores? Se sim, qual o âmbito da rede (regional/local; nacional; internacional) e quais os objetivos (p.e promoção, comercialização, provisão)?
- 3.4 Qual foi o volume de negócios no ano de 2019?
- 3.5 Existe algum rendimento para além da agricultura?

- 3.6 A empresa é viável economicamente? Conseguem apresentar lucro no fim do ano?
- 3.7 Qual a importância da localização da quinta na garantia de viabilidade económica? O facto de estar próxima de um centro urbano como Lisboa é determinante?
- 3.8 A forma de distribuição dos seus produtos oferece segurança económica? Conseguem escoar todos os vossos produtos? Quais os riscos associados?
- 3.9 Com a Pandemia SARS-COVID 2, o modelo de distribuição manteve-se igual ou surgiu alguma mudança?

#### **4. Avaliação da sustentabilidade ambiental/ecológica**

- 4.1 Em média, quantos quilómetros fazem os vossos produtos até ao consumidor final?
- 4.2 Qual a importância de consumir local e biológico para a sustentabilidade dos sistemas alimentares em Portugal?
- 4.3 Há desperdício alimentar? Se sim, o que fazem com esse desperdício?
- 4.4 Usam algum tipo de químico na produção?
- 4.5 Quanta poupança energética este tipo de distribuição promove? (p.e: embalagens, transporte, limpeza, refrigeração, etc.)
- 4.6 Qual a forma de irrigação/rega que utilizam? Conseguem fazer aproveitamento das águas da chuva?
- 4.7 Dependem de combustíveis fósseis na sua quinta?

#### **5. Avaliação sustentabilidade social**

- 5.1 Quantos colaboradores têm? Qual a média salarial bruta praticada?
- 5.2 Qual a média de horas de trabalho semanal de um colaborador?
- 5.3 Qual o perfil do consumidor dos alimentos que comercializam?
- 5.4 É caro consumir produtos biológicos? O preço que praticam está acessível a todas as classes sociais?
- 5.5 Acha que é uma questão de prioridade e de consciência o consumo de produtos biológicos ou não biológicos?
- 5.6 Existe um envolvimento da comunidade local na sua organização? Se sim, em que sentido?
- 5.7 Ter uma relação mais próxima com o consumidor poderá aumentar a consciencialização do trabalho e do valor dos alimentos?

#### **6. Perceção da evolução da agricultura e dos sistemas alimentares em Portugal**

- 6.1 A agricultura de pequena escala tem futuro em Portugal?

6.2 Como avalia a estratégia política na área?

6.3 Quais os principais desafios/barreiras que teve de enfrentar e como os ultrapassou?

6.4 A pandemia do Coronavírus contribuiu de alguma forma para uma maior consciencialização por parte dos consumidores da importância de consumir local? Houve um aumento da procura?

## **7. Perspetivas sobre a evolução do seu negócio**

7.1 Como vê a evolução da quinta?

7.2 Acha que o seu negócio pode contribuir para uma transição sustentável dos sistemas alimentares?

7.3 Que projetos e prioridades para o futuro?

## **Anexo B – Guião da entrevista Quinta da Alfazema**

**Organização:** Quinta da Alfazema

**Entrevistado/Função:** Joana Santos/Sócia

**Local:** Via zoom, online

**Data:** 01/07/2020

### **1. Perfil do entrevistado**

1.1 Quando se tornou agricultor e porquê?

1.2 Qual a sua área de formação?

### **2. Caracterização da iniciativa/organização**

2.1 Ano de início da atividade

2.2 Forma jurídica (fins lucrativos, cooperativa, etc.)

2.3 Negócio herdado (terra, p.e.). Como foi o acesso à terra?

2.4 Quais são as formas de produção e porquê?

2.5 Que alimentos produzem na quinta?

2.6 A Quinta da Alfazema teve/tem algum subsídio ou financiamento (p.e. no âmbito da Política Agrícola e de Desenvolvimento Rural?). Se sim, identifique.

2.7 Qual a área do terreno destinada para a agricultura?

2.8 Qual a área para a agricultura biológica?

### **3. Modelo de negócio/sustentabilidade económica**

3.1 Quando iniciou este projeto, fez alguma investigação acerca do mercado, concorrência, análise do que os agricultores nesta zona fazem, etc.?

3.2 Qual o modelo de negócio da organização?

3.3 Existe alguma parceria/pertença a redes de produtores? Se sim, qual o âmbito da rede (regional/local; nacional; internacional) e quais os objetivos (p.e promoção, comercialização, provisão)?

3.4 Qual foi o volume de negócios no ano de 2019?

3.5 Existe algum rendimento para além da agricultura?

3.6 A empresa é viável economicamente? Consegue apresentar lucro no fim do ano?

3.7 Qual a importância da localização da quinta na garantia de viabilidade económica?



- 3.8 A forma de distribuição dos vossos produtos oferece segurança económica? Consegue escoar todos os produtos? Quais os riscos associados?
- 3.9 Com a Pandemia SARS-COVID 2, o modelo de distribuição manteve-se igual ou surgiu alguma mudança?

#### **4. Avaliação da sustentabilidade ambiental/ecológica**

- 4.1 Em média, quantos quilómetros fazem os seus produtos até ao consumidor final?
- 4.2 Qual a importância de consumir local e biológico para a sustentabilidade dos sistemas alimentares em Portugal?
- 4.3 Há desperdício alimentar? Se sim, o que fazem com esse desperdício?
- 4.4 Usam algum tipo de químico na produção?
- 4.5 Quanta poupança energética este tipo de distribuição promove? (p.e: embalagens, transporte, limpeza, refrigeração, etc.)
- 4.6 Qual a forma de irrigação/rega que utilizam? Conseguem fazer aproveitamento das águas da chuva?
- 4.7 Dependem de combustíveis fósseis na sua quinta?

#### **5. Avaliação sustentabilidade social**

- 5.1 Quantos colaboradores têm? Qual a média salarial bruta praticada?
- 5.2 Qual a média de horas de trabalho semanal de um colaborador?
- 5.3 Qual o perfil do consumidor dos alimentos que comercializam?
- 5.4 É caro consumir produtos biológicos? O preço que praticam está acessível a todas as classes sociais?
- 5.5 Acha que é uma questão de prioridade e de consciência o consumo de produtos biológicos ou não biológicos?
- 5.6 Existe um envolvimento da comunidade local na sua organização? Se sim, em que sentido?
- 5.7 Ter uma relação mais próxima com o consumidor poderá aumentar a consciencialização do trabalho e do valor dos alimentos?

#### **6. Perceção da evolução da agricultura e dos sistemas alimentares em Portugal**

- 6.1 A agricultura de pequena escala tem futuro em Portugal?
- 6.2 Como avalia a estratégia política na área?
- 6.3 Quais os principais desafios/barreiras que tiveram de enfrentar e como os ultrapassou?

6.4 A pandemia do Coronavírus contribuiu de alguma forma para uma maior consciencialização por parte dos consumidores da importância de consumir local? Houve um aumento da procura?

## **7. Perspetivas sobre a evolução do seu negócio**

7.1 Como vê a evolução da quinta?

7.2 Acha que o seu negócio pode contribuir para uma transição sustentável dos sistemas alimentares?

7.3 Que projetos e prioridades para o futuro?

## **Anexo C – Guião da entrevista Quinta do Arneiro**

**Organização:** Quinta do Arneiro

**Entrevistado/Função:** Luísa Almeida/Proprietária

**Local:** Azueira, Mafra

**Data:** 09/07/2020

### **1. Perfil do entrevistado**

1.1 Quando se tornou agricultor e porquê?

1.2 Qual a sua área de formação?

### **2. Caracterização da iniciativa/organização**

2.1 Ano de início da atividade

2.2 Forma jurídica (fins lucrativos, cooperativa, etc.)

2.3 Negócio herdado (terra, p.e.). Como foi o acesso à terra?

2.4 Quando decidiram converter a quinta para um modo de produção biológica? E porquê?

2.5 Que alimentos produzem na quinta?

2.6 A Quinta do Arneiro teve/tem algum subsídio ou financiamento (p.e. no âmbito da Política Agrícola e de Desenvolvimento Rural?). Se sim, identifique.

2.7 Qual a área do terreno destinada para a agricultura?

2.8 Qual a área para a agricultura biológica?

### **3. Modelo de negócio/sustentabilidade económica**

3.1 Quando iniciou este projeto, fez alguma investigação acerca do mercado, concorrência, análise do que os agricultores nesta zona fazem, etc.?

3.2 Qual o modelo de negócio da organização?

3.3 Existe alguma parceria/pertença a redes de produtores? Se sim, qual o âmbito da rede (regional/local; nacional; internacional) e quais os objetivos (p.e. promoção, comercialização, provisão)?

3.4 Qual foi o volume de negócios no ano de 2019?

3.5 Existe algum rendimento para além da agricultura?

3.6 A empresa é viável economicamente? Consegue apresentar lucro no fim do ano?

- 3.7 Qual a importância da localização da quinta na garantia de viabilidade económica? O facto de estar próxima de um centro urbano como Lisboa é determinante?
- 3.8 A forma de distribuição dos vossos produtos oferece segurança económica? Conseguem escoar todos os seus produtos? Quais os riscos associados?
- 3.9 Qual a importância do restaurante e da loja própria na viabilidade económica do projeto?
- 3.10 Com a Pandemia SARS-COVID 2, o modelo de distribuição manteve-se igual ou surgiu alguma mudança?

#### **4. Avaliação da sustentabilidade ambiental/ecológica**

- 4.1 Em média, quantos quilómetros fazem os vossos produtos até ao consumidor final?
- 4.2 Qual a importância de consumir local e biológico para a sustentabilidade dos sistemas alimentares em Portugal?
- 4.3 Há desperdício alimentar? Se sim, o que fazem com esse desperdício?
- 4.4 Usam algum tipo de químico na produção?
- 4.5 Quanta poupança energética este tipo de distribuição promove? (p.e: embalagens, transporte, limpeza, refrigeração, etc.)
- 4.6 Qual a forma de irrigação/rega que utilizam? Conseguem fazer aproveitamento das águas da chuva?
- 4.7 Dependem de combustíveis fósseis na sua quinta?

#### **5. Avaliação sustentabilidade social**

- 5.1 Quantos colaboradores têm? Qual a média salarial bruta praticada?
- 5.2 Qual a média de horas de trabalho semanal de um colaborador?
- 5.3 Qual o perfil do consumidor dos alimentos que comercializam?
- 5.4 É caro consumir produtos biológicos? O preço que praticam está acessível a todas as classes sociais?
- 5.5 Acha que é uma questão de prioridade e de consciência o consumo de produtos biológicos ou não biológicos?
- 5.6 Existe um envolvimento da comunidade local na vossa organização? Se sim, em que sentido?
- 5.7 Ter uma relação mais próxima com o consumidor poderá aumentar a consciencialização do trabalho e do valor dos alimentos?

#### **6. Perceção da evolução da agricultura e dos sistemas alimentares em Portugal**

6.1 Como avalia a estratégia política na área?

6.2 Quais os principais desafios/barreiras que tiveram de enfrentar e como os ultrapassou?

6.3 A pandemia do Coronavírus contribuiu de alguma forma para uma maior consciencialização por parte dos consumidores da importância de consumir local? Houve um aumento da procura?

## **7. Perspetivas sobre a evolução do seu negócio**

7.1 Como vê a evolução da quinta?

7.2 Acha que o seu negócio pode contribuir para uma transição sustentável dos sistemas alimentares?

7.3 Que projetos e prioridades para o futuro?